



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE

RONAN REIS MARÇAL

**EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NA RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DA  
AUDITORIA E O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS**

FLORIANÓPOLIS

2022

RONAN REIS MARÇAL

**EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NA RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DA  
AUDITORIA E O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Contabilidade.

Orientador: Prof. Luiz Alberton, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Marçal, Ronan Reis

Efeitos da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados / Ronan Reis Marçal ; orientador, Luiz Alberton, 2022.

70 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Contabilidade. 2. Qualidade da Auditoria. 3. Gerenciamento de Resultados. 4. Teoria do Comportamento Planejado. I. Alberton, Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

Ronan Reis Marçal

**Efeitos da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Odilanei Moraes dos Santos, Dr.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. José Augusto Veiga da Costa Marques, Dr.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Sérgio Murilo Petri,  
Dr. Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. José Alonso Borba,  
Dr. Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Contabilidade.

---

Profª. Ilse Maria Beuren,  
Dra. Coordenadora do Programa

---

Prof. Luiz Alberton,  
Dr. Orientador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, por toda a luta, sacrifício e abstenção da própria vida em diversos momentos para tentar me proporcionar tudo aquilo que foi possível. Nada, absolutamente nada, teria sido verdade sem ela.

Aos colegas de doutorado, Andréia Cittadin, Celliane Ferraz Pazetto, Ernando Fagundes, Gabriela Borges Silveira, Glenda de Almeida Soprane, Igor Pereira da Luz, Juliane Pacheco e Larissa Marx Welter. Em especial ao Igor e à Larissa, pelos laços de amizade criados que vão além das fronteiras acadêmicas.

Aos amigos que fiz na Universidade Federal de Santa Catarina, Denise Isabel Rizzi e Rodrigo Rengel, e aos amigos acadêmicos de outras universidades que fiz ao longo desta caminhada, Alisson Martins Meurer, Antonio Nadson Mascarenhas Souza e Iago França Lopes, da Universidade Federal do Paraná; e Rodolfo Rocha dos Santos e Thiago Cunha de Oliveira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao meu orientador, Luiz Alberton, por ter aceito a ideia do projeto e, principalmente, por ter aceito como orientado o doutorando de personalidade complexa que sou. Tive sorte em ter este professor como orientador por algumas coincidências do destino.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial ao Prof. José Alonso Borba e ao Prof. Sérgio Murilo Petri, que também fizeram parte da banca.

Aos demais componentes da banca, Prof. José Augusto Veiga da Costa Marques e Prof. Odilanei Moraes dos Santos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelas contribuições e toda a atenção prestada.

Ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no curso de doutorado, sem o qual não seria possível encerrar este ciclo.

## RESUMO

Esta tese teve como objetivo compreender os efeitos da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados nas empresas de capital aberto do Brasil, sendo a Qualidade da Auditoria (QA) conceituada como a conjunção de competência e independência dos auditores na identificação e reporte de distorções contábeis e o Gerenciamento de Resultados (GR) conceituado como o fenômeno de alteração de resultados do desempenho econômico pelos gestores diante de escolhas contábeis. A pesquisa teve como base teórica a Teoria do Comportamento Planejado (TCP), que identifica a intenção comportamental a partir de três elementos, quais sejam: atitudes, normas subjetivas e controle comportamental percebido. Centrando esforços no terceiro e último elemento e assumindo as premissas de que a QA tem a função de mitigar eventuais distorções contábeis, como o GR, e que as IFRS poderiam influenciar este poder de mitigação mediante efeito moderador, o estudo buscou atinar o objetivo proposto diante de 920 observações derivadas de 92 diferentes empresas de capital aberto no Brasil ao longo de 10 exercícios. Os dados foram trabalhados em forma de painel (plenamente balanceado), e regredidos perante a abordagem de efeitos aleatórios. Os resultados sugerem que as IFRS assumam papel moderador na relação QA x GR para a *proxy input*, alterando seu sinal e aumentando sua magnitude, porém, este efeito não é percebido para a *proxy output*, validando apenas parcialmente a principal hipótese de pesquisa. As demais hipóteses, que adentram a influência natural de QA em GR e de IFRS em GR, foram rejeitadas. O estudo contribui teoricamente ao indicar novos resultados na relação QA x GR, adentrando especificamente a vertente das IFRS, algo inexistente até o presente momento na literatura, sendo estes resultados passíveis de futuras comparações para pesquisas correlatas. Em âmbito prático, o estudo indica a relevância da qualidade da auditoria em relação à adoção das IFRS para os investidores, conquanto os achados da pesquisa manifestem maior pertinência deste elemento após a mudança de padrão contábil. E, socialmente, pode contribuir ao apontar condições de redução das distorções contábeis, trazendo à tona resultados mais fidedignos e, conseqüentemente, alavancando o nível de desenvolvimento do mercado de capitais do país.

**Palavras-Chave:** Qualidade da Auditoria; QA; Gerenciamento de Resultados; GR; Teoria do Comportamento Planejado, TCP.

## ABSTRACT

This thesis aimed to understand the effects of IFRS adoption on the relationship between audit quality and earnings management in publicly traded companies in Brazil, with Audit Quality (AQ) being conceptualized as the combination of competence and independence of auditors in the identification and reporting of accounting distortions and Earnings Management (EM) conceptualized as the phenomenon of change in economic performance results by managers in the face of accounting choices. The research was theoretically based on the Theory of Planned Behavior (TPB), which identifies behavioral intention from three elements, namely: attitudes, subjective norms and perceived behavioral control. Focusing efforts on the third and last element and assuming the assumptions that QA has the function of mitigating possible accounting distortions, such as the GR, and that IFRS could influence this mitigating power through a moderating effect, the study sought to achieve the proposed objective in view of 920 observations derived from 92 different publicly traded companies in Brazil over 10 years. The data were worked in a panel format (fully balanced), and regressed using the random effects approach. The results suggest that IFRS assumes a moderating effect in the AQ x EM relationship for the input proxy, changing its sign and increasing its magnitude, however, this effect is not perceived for the output proxy, validating only partially the main research hypothesis. The other hypotheses, which include the natural influence of AQ on EM and IFRS on EM, were rejected. The study theoretically contributes by indicating new results in the AQ x EM relationship, specifically entering the IFRS strand, something that does not exist until the present moment in the literature, being these results subject to future comparisons for related research. In practical terms, the study indicates the relevance of audit quality in relation to the adoption of IFRS for investors, although the research findings show greater relevance of this element after the change in the accounting standard. And, socially, it can contribute by pointing out conditions for reducing accounting distortions, bringing to light more reliable results and, consequently, leveraging the level of development of the country's capital market.

**Keywords:** Audit Quality; AQ; Earnings Management; EM; Theory of Planned Behavior, TPB.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – TAR x TCP .....	19
Figura 2 – Trajetória Epistemológica da Teoria do Comportamento Planejado .....	20
Figura 3 – <i>Accruals</i> discricionários x <i>accruals</i> não-discricionários.....	25
Figura 4 – Desenho de pesquisa .....	37
Figura 5 – Recorte cronológico .....	40
Figura 6 – Gráfico da normal inversa – Equação 2 .....	46
Figura 7 – Gráfico de resíduos previstos x valores reais.....	46
Figura 8 – Gráfico da normal inversa – Diferença de médias ACCD.....	48
Figura 9 – Gráfico da normal inversa – Equação 3 .....	49
Figura 10 – Gráfico da dispersão dos resíduos – Equação 3 .....	50



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição amostral.....	40
Tabela 2 – Variáveis de pesquisa .....	43
Tabela 3 – Estatísticas descritivas .....	45
Tabela 4 – Multicolinearidade – FIV Equação 2.....	46
Tabela 5 – Resultados de regressão – Equação 2 .....	47
Tabela 6 – Resultados de regressão – Equação 3 .....	50
Tabela 7 – Resultados de regressão – Equação 3 sem dados winsorizados .....	55

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCD	<i>Accruals</i> Discricionários
ACCT	<i>Accruals</i> Totais
[B] <sup>3</sup>	Brasil, Bolsa, Balcão
BR GAAP	<i>Brazilian Generally Accepted Accounting Principles</i>
CEO	<i>Chief Executive Officers</i>
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FIV	Fator de Inflação de Variância
GR	Gerenciamento de Resultados
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
QA	Qualidade da Auditoria
SAG	Sistemas de Auditoria Generalizados
TAR	Teoria da Ação Racional
TCP	Teoria do Comportamento Planejado
TFA	Tamanho das Firmas de Auditoria
TPSC	Tempo de Prestação de Serviços no Cliente

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2 OBJETIVOS .....	14
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>14</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>14</b>
1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO .....	15
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	16
1.5 DECLARAÇÃO DE TESE .....	16
1.6 ESTRUTURA DO ESTUDO .....	17
<b>2. BASE TEÓRICA</b> .....	<b>18</b>
2.1 TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO (TCP) .....	18
<b>2.1.1 Trajetória epistemológica</b> .....	<b>18</b>
<b>2.1.2 Elementos da TCP e suas relações com a auditoria independente</b> .....	<b>20</b>
2.1.2.1 Atitudes.....	20
2.1.2.2 Normas Subjetivas.....	21
2.1.2.3 Controle Comportamental Percebido .....	22
2.2 REVISÃO DA LITERATURA .....	23
<b>2.2.1 Gerenciamento de Resultados - GR</b> .....	<b>23</b>
2.2.1.1 Conceituação .....	24
2.2.1.2 Gerenciamento de resultados via <i>accruals</i> discricionários.....	24
2.2.1.3 Estudos recentes – Gerenciamento de Resultados.....	26
<b>2.2.2 Qualidade da Auditoria - QA</b> .....	<b>27</b>
2.2.2.1 Conceituação .....	27
2.2.2.2 <i>Proxies</i> de QA adotadas na pesquisa.....	28
2.2.2.3 Estudos recentes – Qualidade da Auditoria.....	30
<b>2.2.3 International Financial Reporting Standards (IFRS)</b> .....	<b>31</b>
2.2.3.1 Objetivo geral das IFRS .....	31
2.2.3.2 Adoção das IFRS no Brasil .....	32
2.2.3.3 Efeitos da adoção das IFRS no volume de <i>accruals</i> discricionários.....	33
2.3 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA .....	35
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>39</b>
3.1 PARADIGMA E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	39
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	39
3.3 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS.....	41
<b>4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>45</b>
4.1 Estatísticas descritivas .....	45
4.2 Estatísticas inferenciais.....	45
4.3 Análise de sensibilidade .....	54
<b>5. CONCLUSÕES</b> .....	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>60</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com Francis (2004), qualidade da auditoria é o termo adotado para definir o nível contínuo da qualidade dos serviços dos auditores, cuja variação é expressa desde “muito baixa” até “muito alta”, sendo esta medida inversamente proporcional às falhas de auditoria. Por este motivo, segundo o autor, são relevantes as pesquisas sobre os custos e benefícios de uma auditoria de qualidade.

Foi DeAngelo (1981) a responsável por gerar o conceito clássico de qualidade da auditoria – utilizado em larga escala até os dias atuais (Sulaiman, Shahimi & Singh, 2019) – qual seja: a capacidade conjunta de que um determinado auditor possa identificar e reportar ao mercado uma possível distorção contábil. Nessa esteira, depreende-se a relevância de uma auditoria de qualidade como instrumento de confiabilidade para as demonstrações contábeis e de redução da assimetria informacional (Abad, Sánchez-Ballesta & Yagüe, 2017), corroborando Jeppesen (2019) em seu exposto de que os auditores independentes atuam como representantes do interesse público ao monitorar e relatar as eventuais inconformidades das organizações a partir de critérios previamente estabelecidos.

Dentre as informações disponibilizadas nas demonstrações contábeis, cabe destaque ao resultado apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Esta medida, que pode assumir a forma de lucro ou de prejuízo, é primordial para a avaliação das empresas (Kothari, 2001). Contudo, salientam Hendriksen e Van Breda (1992) que os lucros (ou prejuízos) podem ser medidas parcialmente distorcidas diante de escolhas contábeis arbitrárias dos gestores, trazendo consigo um potencial risco aos investidores.

É justamente nesse escopo que reside o conceito de gerenciamento de resultados, definido por Healy e Wahlen (1999) como o fenômeno da manipulação dos resultados acerca do desempenho econômico da empresa por parte dos gestores mediante escolhas contábeis. Ocorre que os *accruals* (parcela não-financeira do resultado), embora tenham o válido propósito de registrar o efetivo lucro ou prejuízo econômico das entidades, também são passíveis de utilização para fins arbitrários pelos gestores, tornando-se, em seu elemento discricionário, uma *proxy* de gerenciamento de resultados (Martinez, 2008).

É mister ressaltar que nem toda prática de gerenciamento de resultados é dolosa, sendo factível a ocorrência de ações que visam apenas reportar a visão individual do gestor acerca do futuro da entidade (Marçal & Macedo, 2019; Martins, Paulo & Monte, 2016). Scott

(2009), por exemplo, argumenta que dadas certas deficiências na regulação contábil, algumas medidas de gerenciamento de resultado seriam até mesmo benéficas para os usuários externos como complementos de informações pouco relevantes. Mas, para Healy e Wahlen (1999), independentemente dos propósitos da ação, quando os resultados são gerenciados, os usuários externos são ludibriados, dado que sua percepção acerca da real situação econômico-financeira das empresas é alterada.

Nesse sentido, por serem consideradas distorções da informação contábil divulgada ao mercado, as práticas de gerenciamento de resultado devem e tendem a ser mitigadas diante de auditorias de qualidade (DeAngelo, 1981; Lennox, 2005; Defond & Zhang, 2014). Este fato é verificado empiricamente, por exemplo, por Chi, Lisic e Pevzner (2011), Burnett, Cripe, Martin e McAllister (2012), Lennox, Wu e Zhang (2016) e Lennox, Wang e Wu (2018).

Com a adoção das normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) – novos desafios surgiram para os auditores independentes na condução de seus trabalhos dada a maior utilização das mensurações a valor justo em detrimento do valor histórico (Kumarasiri & Fisher, 2011). Isto porque a mensuração por valor justo é, segundo Iudícibus e Martins (2007), complexa em termos semânticos (suscetíveis a interpretações não uníssonas) e, ademais, na eventual ausência de mercados para um determinado ativo, o valor justo é estimado diante de cálculos extremamente subjetivos. Como consequência, os auditores são colocados em uma posição desafiadora para emitir sua opinião acerca de um fato, pois a incerteza inerente do valor justo, embora possa ser estimada, é irredutível e, portanto, não pode ser eliminada pela auditoria (Bell & Griffin, 2012).

Os impactos da adoção das IFRS no âmbito do gerenciamento de resultados podem ser interpretados em duas frentes opostas. A primeira, condicionada ao aumento do gerenciamento de resultados, é factível em função da maior liberdade ofertada aos gestores em certas escolhas contábeis (Ahmed, Chalmes & Khlif, 2013). A segunda, cujo efeito é mitigador, pode ser explicada pela maior transparência das informações dispostas ao mercado, inibindo eventuais ações de caráter arbitrário (Barth, Landsman & Lang, 2008; Leuz, Nanda & Wysocki, 2003).

Para Capkun, Collins e Jeanjean (2016) e Said (2019), tais sustentações são exemplos da ainda ambígua literatura sobre a relação das IFRS com o gerenciamento de resultados, mas, aparentemente, denota-se que a mudança para o padrão contábil internacional, de uma

forma ou de outra, gera implicações na qualidade da informação divulgada. Por conseguinte, o trabalho da auditoria independente é diretamente impactado (Bell & Griffin, 2012).

Assim, diante do ensejo apresentado, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o efeito da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados nas empresas de capital aberto do Brasil?**

Cunha-se a partir da referida problemática a ideia de que a mudança de padrão contábil (BR GAAP para IFRS) tenha sido capaz de influenciar os trabalhos de auditoria independente no trâmite de redução do gerenciamento de resultados. Tal fato implicaria na assunção de que dispositivos normativos contábeis, a depender de suas propriedades, modifiquem percepções individuais e/ou de grupos (auditores, firmas de auditoria, gestores e empresas, no presente contexto) acerca de algum fato, conjecturando uma evidente interferência externa nos processos de trabalho habituais.

Como base teórica para responder o problema proposto, este estudo vale-se da Teoria do Comportamento Planejado (TCP), disposta por Ajzen (1985, 1991), que ao lado de sua teoria antecessora, a Teoria da Ação Racional (TAR), elaborada por Fishbein e Ajzen (1975), permanece como uma das teorias mais utilizadas no âmbito acadêmico da Psicologia comportamental (Sussman & Gifford, 2019).

A TCP, segundo Ajzen (1991), postula que a intenção de realizar um determinado comportamento deriva de três elementos independentes. O autor explica que o primeiro elemento (atitudes), diz respeito ao nível ao qual um indivíduo está disposto ou não a realizar um comportamento, tratando-se de uma característica intrínseca, portanto. Já o segundo elemento (normas subjetivas), remete a um fator de pressão social exercida sobre o indivíduo para performar ou não um comportamento. Por fim, o controle comportamental percebido, último elemento, indica a percepção do indivíduo sobre a facilidade ou dificuldade de realizar um comportamento.

O terceiro elemento da TCP, “controle comportamental percebido”, foi adicionado por Ajzen (1985, 1991) como forma de suprir algumas lacunas da TAR, fato que diferencia as duas teorias (Madden, Ellen & Ajzen, 1992).

O presente estudo tem seu enfoque nesse último elemento ao partir das premissas de que: a) a flexibilidade legal gerada pelas IFRS aos gestores racionaliza suas ações arbitrárias, favorecendo o aumento de práticas de gerenciamento de resultados (Schuchter & Levi, 2016) e, conseqüentemente, dificultando os trabalhos de auditoria; e b) é plausível uma eventual

inibição de práticas de gerenciamento de resultados diante da maior transparência exigida pelas IFRS (Barth et al., 2008), diagnosticando um mecanismo facilitador para a auditoria independente. Destarte, *a priori*, a adoção das IFRS implicaria efeitos diretos na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados, independentemente do sentido.

Por ser esta tese baseada em efeitos cognitivos associados a resultados diretos (características individuais, pressões normativas, pressões de entidades de fiscalização e controle, etc.), presume-se que apenas uma teoria de cunho psicológico seria eficaz na obtenção das respostas pesquisadas. Neste ensejo, a TCP se enquadra conceitualmente e também metodologicamente a este estudo, como explicitado nas seções subsequentes.

## 1.2 OBJETIVOS

Na busca de respostas para o problema de pesquisa proposto nesta tese, são expostos, na sequência, o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Tem-se como objetivo geral de pesquisa compreender os efeitos da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados nas empresas de capital aberto do Brasil.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Dar-se-ão como objetivos específicos da pesquisa no decorrer da busca pelo objetivo geral:

- a) Identificar se a mudança de padrão contábil aumentou ou diminuiu a tendência de gerenciamento de resultados a partir da diferença de média dos *accruals* discricionários considerando os períodos pré-IFRS e pós-IFRS;
- b) Analisar os efeitos isolados de cada *proxy* de qualidade de auditoria considerada na pesquisa no sentido de mitigação do gerenciamento de resultados;

- c) Comparar os efeitos isolados das *proxies* de qualidade de auditoria nos períodos pré-IFRS e pós-IFRS no propósito de mitigação do gerenciamento de resultados.

### 1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

A pesquisa é justificada diante do poder de alteração das IFRS sobre os *accruals* discricionários, gerando mecanismos facilitadores ou entraves – a depender da relação – no processo de mitigação do gerenciamento de resultados pela qualidade da auditoria.

Havendo maior incidência de gerenciamento de resultados após a adoção das IFRS (Boina & Macedo, 2018; Cardoso, Souza & Dantas, 2015), há um reforço da ideia dos desafios trazidos aos auditores independentes com a adoção das IFRS (Bell & Griffin, 2012; Kumarasiri & Fisher, 2011), ao passo que, em sentido inverso (Joia & Nakao, 2014; Pelucio-Grecco et al., 2014), tal concepção seria invalidada, ao menos parcialmente (no espectro do gerenciamento de resultados).

Considerando os efeitos comparativos da pesquisa, será possível avaliar se a auditoria independente cumpria sua função de inibir práticas de gerenciamento de resultados no período pré-IFRS; se essa função foi alterada ou inalterada no período pós-IFRS; e a oscilação do nível de intensidade deste poder mitigador atentando diferentes padrões contábeis.

No que tange ao cerne teórico, a pesquisa contribui ao abarcar novos resultados para um campo ainda escasso no Brasil – relação entre gerenciamento de resultados e adoção das IFRS – (Damascena, Duarte & Paulo, 2017; Marçal & Macedo, 2019), abordando especificamente o papel da qualidade da auditoria neste cenário, algo ainda não explorado. O recente estudo de Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020) destaca exatamente esta questão como uma sugestão de pesquisa futura, reforçando o potencial de contribuição teórica da pesquisa.

Ainda, o estudo promove novos achados para o cerne contábil conquanto do uso da Teoria do Comportamento Planejado, ainda pouco explorado – cabendo mencionar as pesquisas de Marçal et al. (2018), Santos, Moura e Almeida (2018), Silva et al. (2018), Batista e Marçal (2020) e Zago Júnior et al. (2020) – reforçando o argumento de Santos et al. (2018) de que a referida Teoria pode ser utilizada em diferentes áreas de conhecimento.

Não obstante, dada a inconclusão sobre os efeitos das IFRS no gerenciamento de resultados (Capkun et al., 2016; Said, 2019), novos resultados acerca da referida relação podem contribuir na identificação de tendências (sazonais e/ou geográficas, por exemplo).



Nessa esteira, o estudo promove avanço teórico ao dispor novos resultados empíricos no cenário nacional que podem servir de base comparativa para pesquisas correlatas.

Já na vertente prática, as contribuições podem ser percebidas para os investidores de empresas de capital aberto no Brasil quanto à elucidação da relevância da auditoria independente no processo de mitigação de resultados gerenciados considerando, especificamente, os efeitos da adoção das IFRS. Ou seja, os investidores poderão verificar a eficácia da qualidade da auditoria em termos comparativos quanto ao padrão contábil adotado.

E, na esfera social, também são almejadas contribuições por esta pesquisa. Ocorre que o nível de desenvolvimento da economia de um país está diretamente ligado ao nível de atividade de seu mercado de capitais (Pan & Mishra, 2018). Como o lucro é uma importante informação para o *valuation* aos olhos dos investidores no Brasil (Takamatsu & Fávero, 2013) e um resultado menos gerenciado tende a ser benéfico para os participantes do mercado (Silva, Weffort, Flores & Silva, 2014) – corroborando Healy e Wahlen (1999) na ideia de que isso lhes ofertaria a real ciência acerca da situação econômico-financeira das empresas – sugere-se ganhos para toda a sociedade quando a auditoria independente consegue cumprir seu papel na redução das distorções contábeis, a exemplo do gerenciamento de resultados (Defond & Zhang, 2014).

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo está delimitado geograficamente às empresas não-financeiras que possuem capital aberto e estão listadas na bolsa de valores nacional, a Brasil, Bolsa, Balcão [B]<sup>3</sup>. Sob o prisma cronológico, o recorte proposto se inicia em 2003 e é finalizado em 2019, não sendo plenamente contínuo, dada a impossibilidade de utilização dos exercícios de 2008 e 2009 em função de restrições metodológicas pormenorizadas na respectiva seção deste trabalho.

De igual forma, não foram considerados os exercícios de 2020 e 2021 em função da pandemia COVID-19, que influenciou majoritariamente os resultados das empresas que compõem a amostra. A ausência destes exercícios recais sobre o cuidado de não influência de eventos atípicos nos resultados gerais.

#### 1.5 DECLARAÇÃO DE TESE

Declara-se a tese de que a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) trouxe consigo um efeito moderador na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados.

A partir do aparato teórico existente, é exequível crer que tal moderação pode servir como agravante ou atenuante nas práticas de gerenciamento de resultados e, por conseguinte, os trabalhos de auditoria independente seriam diretamente afetados, conjecturando uma maior ou menor relevância destes serviços quanto à prevenção, identificação e controle do gerenciamento de resultados, corroborando Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020).

A proposta se sustenta teoricamente na tríade de elementos da TCP, sendo os três elementos argumentados perante as inter-relações entre a qualidade da auditoria, o gerenciamento de resultados e a adoção das IFRS. Por ser a TCP uma teoria do âmbito da psicologia – voltada especificamente para a intenção comportamental – depreende-se que a mesma se faz adequada para os propósitos desta pesquisa.

## 1.6 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo da tese é apresentada uma breve contextualização da pesquisa antes do reporte do seu respectivo problema. Na sequência são elencados os objetivos (geral e específicos; a justificativa e as contribuições; a delimitação; e a declaração formal de tese.

O capítulo 2 remete ao alicerce teórico da pesquisa. Em primeira instância é contemplada a sua base teórica, enraizada na Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1985, 1991), enaltecendo, notadamente, a trajetória epistemológica e os elementos que compõem tal teoria, bem como suas relações (teóricas e empíricas) com o cerne da auditoria. Posteriormente, é apresentada uma revisão da literatura sobre o gerenciamento de resultados, a qualidade da auditoria e as IFRS, pormenorizando-os em cada subseção. E, de forma derradeira, tem-se o desenvolvimento das hipóteses da pesquisa.

O terceiro capítulo remete ao percurso metodológico da pesquisa. Dar-se-ão neste capítulo, na seguinte sequência, o enquadramento paradigmático e a caracterização da pesquisa; a definição populacional e amostral da pesquisa; o reporte dos procedimentos a serem tomados na análise dos dados; e as medidas tomadas como análises de sensibilidade para cada caso, quando cabíveis.

O quarto capítulo é responsável pela análise e discussão dos resultados obtidos a partir dos dados e procedimentos relatados no capítulo precedente. Divide-se em resultados derivados de estatísticas descritivas, inferências e de análise de sensibilidade.

O quinto e último capítulo abarca as conclusões da pesquisa, detalhando os principais resultados, relatando as possíveis limitações da pesquisa, destacando as contribuições alcançadas e sugerindo propostas para novos estudos.

## **2 BASE TEÓRICA**

No primeiro momento deste capítulo é delineada a trajetória epistemológica da Teoria do Comportamento Planejado, ressaltando os estudos seminais envolvidos no processo de avançar científico da referida teoria e sumarizando-os na linha do tempo.

Feito isso, são apresentadas questões conceituais da TCP, mais especificamente sobre seus elementos. Nesta conjuntura, apresenta-se concomitantemente o enlace de cada elemento com a qualidade da auditoria, objeto central deste estudo.

### **2.1 TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO (TCP)**

#### **2.1.1 Trajetória epistemológica**

A primeira investigação empírica sobre a relação “atitude-comportamento” foi feita por Lapiere (1934), conforme Fishbein & Ajzen (1975) e Dockery e Bedeian (1989). O estudo seminal de Lapiere (1934) buscou explorar tal relação mediante atitudes avaliadas por questionários e os respectivos comportamentos manifestos (as ações em si). Ao concluir a pesquisa – que analisava dados sobre o preconceito de hotéis e restaurantes contra indivíduos de origem chinesa – o autor encontra incongruências entre as respostas e os fatos ocorridos, levando-o a conclusão de que embora os questionários sejam eficientes na mensuração daquilo que os entrevistados imaginam ser suas ações, eles não são confiáveis para estimar suas atitudes em situações reais (Dockery & Bedeian, 1989).

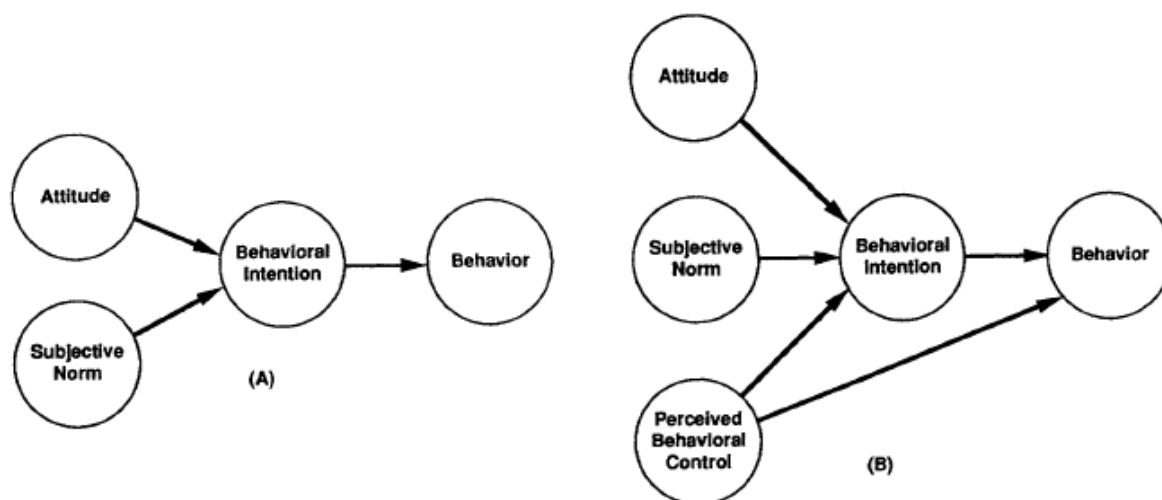
Desde então, segundo Ajzen e Fishbein (1969), pesquisadores têm buscado investigar a discrepância percebida por Lapiere (1934) e tentam explicá-la por razões diversas. Questionar a validade dos instrumentos e a definição utilizada para o termo “atitudes” são exemplos disso (Fishbein, 1967). Conforme Cook e Sellitz, (1964), uma posição bem aceita é a de que as atitudes são apenas um dentre os muitos possíveis fatores que podem vir a determinar um comportamento.

Nessa esteira, Dulany (1961) propôs a Teoria do Controle Proposicional. Segundo esta teoria, os indivíduos desenvolvem de forma consciente uma intenção para uma certa resposta e é essa intenção comportamental que determina a resposta emitida. Esta intenção, por sua vez, seria uma função de dois fatores, a saber: a hipótese da distribuição do reforço e a hipótese comportamental (Hennessy, 2012).

Mantendo a estrutura original de Dulany (1961), Fishbein (1967) traduz a primeira hipótese de Dulany (1961) como o elemento “atitudes” e a segunda hipótese como o elemento “normas subjetivas”, gerando, assim, a Teoria da Ação Racional (TAR), em que o primeiro

elemento representa as crenças pessoais do indivíduo acerca de um comportamento, enquanto o segundo elemento representa a pressão social exercida sobre o indivíduo sobre este mesmo comportamento (Fishbein & Ajzen, 2011). Dessa forma, a TAR deve ser compreendida como uma extensão do trabalho de Dulany (1961), conforme Ajzen e Fishbein (1969, 1970, 1972).

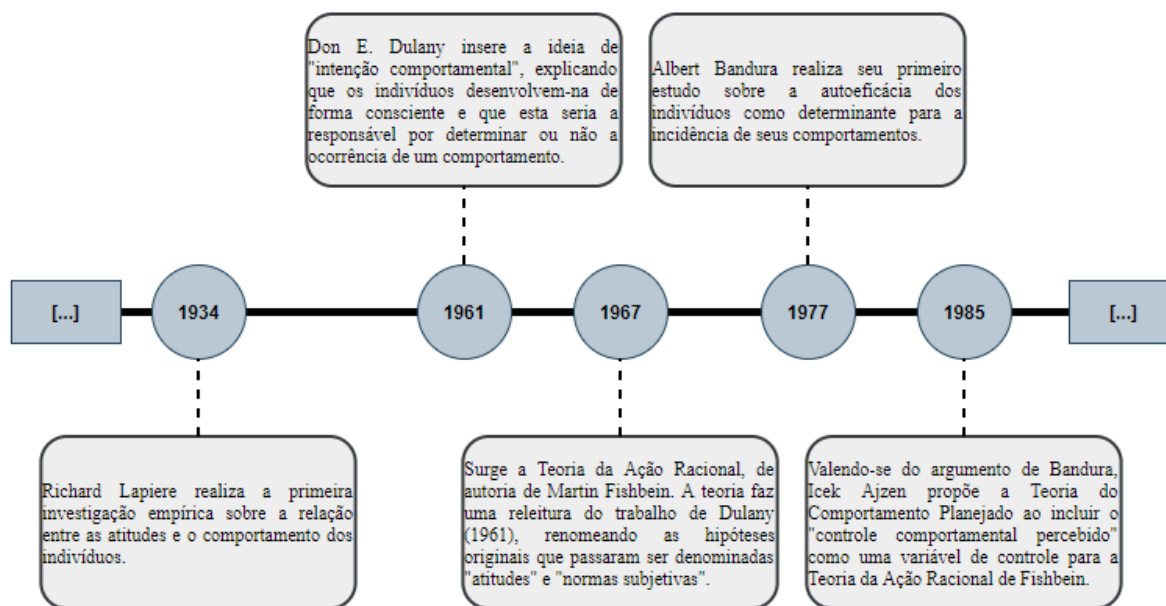
Sob a lógica de continuidade via extensão é formada também a Teoria do Comportamento Planejado (TCP), de acordo com Ajzen (1985, 1991) e Madden et al. (1992). Isto porque, segundo estes autores, a TCP veio a complementar a TAR ao incluir uma variável exógena (controle comportamental percebido) que possui efeitos diretos e indiretos sobre o comportamento dos indivíduos, vide elementos A e B na Figura 1, a seguir.



**Figura 1. TAR x TCP**  
Fonte: Madden et al. (1992)

Para Ajzen (1985), percepções intrínsecas de controle podem influenciar a tentativa de um determinado comportamento, dado a título de exemplo que uma pessoa pessimista sobre seu poder de controle perante um comportamento pode nem mesmo chegar a tentar realizar o referido comportamento. Ainda de acordo com o autor, o controle comportamental percebido atua na TCP como uma expansão da TAR visando mitigar problemas deste gênero.

A sustentação teórica para a inclusão do controle comportamental percebido na relação estudada inicialmente pela TAR reside nos trabalhos de Bandura (1977, 1982) acerca da autoeficácia (Ajzen, 1985, 1992). Assim, a trajetória epistemológica da TCP pode ser ilustrada conforme a Figura 2.



**Figura 2. Trajetória Epistemológica da Teoria do Comportamento Planejado**

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

A Teoria do Comportamento Planejado logo viria a se tornar referência no cerne da Psicologia Comportamental (Madden et al., 1992), sendo contínua a sua ampla difusão acadêmica ao longo das décadas seguintes (Pavlou & Fygenson, 2006; St John, Edwards-Jones, & Jones, 2010; Sussman & Gifford, 2019).

Dito isto, serão pormenorizados, na sequência, os elementos que compõem a referida Teoria.

### 2.1.2 Elementos da TCP e suas relações com a auditoria independente

Nesta subseção são delineados os elementos que compõem a TCP, quais sejam: Atitudes, Normas Subjetivas e Controle Comportamental Percebido. Nessa toada, são apresentadas também as relações teóricas e empíricas de cada elemento com a qualidade da auditoria.

#### 2.1.2.1 Atitudes

As atitudes compõem um campo central de longa data e de contínuo interesse para o âmbito da Psicologia Social (Bohner & Dickel, 2011). Segundo Lapiere (1934), atitudes seriam padrões de comportamento dos seres humanos presentes em determinadas situações

sociais as quais estes foram designados, sendo estes padrões adquiridos ao longo de toda a experiência social dos indivíduos em questão.

Quando analisadas sob a perspectiva da Psicologia Comportamental, as atitudes são sustentadas em teorias bastante consolidadas, a exemplo da Teoria da Ação Racional (Fishbein & Ajzen, 1975) e de sua extensão, a Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991). Ambas teorias argumentam que o comportamento humano é formado a partir de intenções e de crenças dos indivíduos, sendo as atitudes um elemento em comum entre estas teorias (Madden, Ellen & Ajzen, 1992).

No cerne da auditoria, a influência das atitudes pode ser notada, por exemplo, perante estudos como os de Brazel (2005), Dowling (2009) e Ahmi e Kent (2013), que buscaram compreender a propensão de auditores a utilizarem sistemas de suporte, respectivamente adentrando a especificidade de sistemas *Enterprise Resource Planning* (ERP) para auditores; o uso apropriado desses sistemas; e o uso de Sistemas de Auditoria Generalizados (SAG).

Também poder-se-ia exemplificar as atitudes pelo interesse no ingresso na carreira em auditoria, como feito na pesquisa internacional de Dalton, Buchheit e McMillan (2014) e na pesquisa nacional correlata (centrada na contabilidade em si) de Zago Júnior, Barbosa e Pavão (2020).

O ceticismo profissional, o comportamento ético e a independência são atitudes necessárias para os auditores independentes na condução de uma auditoria de qualidade, sendo este fato destacado em dispositivos normativos (NBC TA 200; NBC TA 240) e em pesquisas acadêmicas (Hurtt et al., 2013; Suseno, 2013; Nolder & Kaldous, 2018; Ali, Flayyih & Talab, 2018; Pratama et al., 2019).

Como o nível de qualidade da auditoria é inversamente proporcional ao índice de probabilidade de ocorrência de falhas de auditoria (Francis, 2004), as atitudes dos auditores independentes – ceticismo e investigação crítica, por exemplo – são elementos essenciais para que estes consigam cumprir os propósitos de uma auditoria de qualidade (Chen, Kelly & Salterio, 2012).

#### 2.1.2.2 Normas Subjetivas

Na TCP, as normas subjetivas são compreendidas como as pressões exercidas por terceiros junto aos indivíduos para a condução de determinados comportamentos (Ajzen, 1991).

Roslender (1992) destacou que os profissionais da contabilidade, em geral, são dotados de capacidade técnica, mas, por outro lado, tendem a apresentar deficiências na área das habilidades sociais e comportamentais. Seguindo esta premissa, Otley e Pierce (1996) relatam que estas nuances sejam particularmente relevantes nos complexos ambientes de auditoria.

Na seara da qualidade da auditoria apontada por DeAngelo (1981), a capacidade de detecção das distorções deve ser inerente aos auditores, contudo, o reporte ao mercado exige destes indivíduos uma independência profissional perante terceiros. Ou seja, eventuais pressões externas exercidas sobre os auditores independentes podem vir a prejudicar a qualidade da auditoria (He, Pittman, Rui & Wu, 2017).

Um exemplo dessa condição pode ser dado a partir de Nelson (2006), quando o autor explica que auditores independentes podem eventualmente sentir-se pressionados a não prejudicar ou decepcionar seus clientes diante de relações sociais previamente estabelecidas.

Conforme destacam Ajzen (1991) e Bobek e Hatfield (2003), para que as normas subjetivas se conjecturem de fato como um elemento capaz de influenciar o comportamento dos indivíduos, as pressões externas devem ser provenientes de pessoas importantes para estes indivíduos.

Nesse sentido, Miller (1992) havia observado que a pressão das firmas de auditoria sobre os auditores independentes para a retenção de clientes poderia contribuir para a ocorrência de auditorias precárias que, inclusive, viriam a deteriorar a reputação da própria firma de auditoria posteriormente. Este fato foi mencionado também por Otley e Pierce (1996).

De forma correlata, a pressão do time de auditoria também pode ser determinante na conduta comportamental dos auditores ao longo de seus trabalhos (Otley & Pierce, 1996), sendo este ponto verificado empiricamente por King (2002) e Dowling (2009), por exemplo.

### 2.1.2.3 Controle Comportamental Percebido

O Controle Comportamental Percebido é o elemento diferencial da TCP em relação à TAR, conforme Madden et al. (1992). Ajzen (1985) entendia que a concepção individual acerca da própria capacidade de performar um comportamento deveria influenciar a execução deste comportamento, motivo pelo qual o Controle Comportamental Percebido foi adicionado no modelo teórico previsto pela TAR. Bandura (1977, 1982) já elencava a autoeficácia dos indivíduos como um dos pressupostos para a condução de uma determinada ação, fato que serviu de base para a lógica apontada por Ajzen (1985).

Assim, este elemento pode ser definido como a sensação do indivíduo de quão fácil ou difícil seria realizar um certo comportamento (Godin & Kok, 1996).

No universo da auditoria, portanto, o Controle Comportamental Percebido assume a posição de um mecanismo capaz de facilitar ou dificultar o exercício dos trabalhos dos auditores independentes aos olhos dos próprios auditores independentes. Exemplo disso seria o resultado maior da pesquisa de Murcia, Borba e Schiehl (2008). Nesse estudo, os autores investigam a percepção de auditores independentes sobre os *red flags* na avaliação do risco de fraude em demonstrações contábeis. Ao final da pesquisa, as evidências encontradas a partir de uma análise hierárquica de *clusters* indicam o surgimento de três grupos cujos discernimentos acerca da relevância dos *red flags* apresentam-se em distintos níveis. Ou seja, havia uma análise individual quanto ao caráter de dificuldade imposto para um mesmo trabalho.

A noção de dificuldade para um determinado trabalho também pode variar, segundo Breesch e Branson (2009), em função do gênero do auditor. Isto porque, segundo estes autores, no que se refere ao exercício da profissão de auditor, as mulheres são mais hábeis na descoberta de distorções contábeis que os homens, isto é, percebem uma maior facilidade nesta função, especificamente.

Como visto, diversos fatores poderiam ser enquadrados como facilitadores (ou como entraves) para um trabalho de auditoria, a depender da visão intrínseca de cada sujeito. Conforme destacado na seção primária deste estudo, acredita-se que as IFRS podem ser elencadas neste grupo de variáveis, seja em sentido favorável ou desfavorável aos auditores independentes.

## 2.2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.2.1 Gerenciamento de Resultados - GR



### 2.2.1.1 Conceituação

Gerenciamento de resultados é o termo adotado para classificar alterações premeditadas no resultado econômico das entidades com o intuito de obter ganhos particulares (Schipper, 1989). Para Dyreng, Hillegeist e Penalva (2020), o GR deriva de conflitos de agência entre o gestor e os acionistas (para aumentar os lucros arbitrariamente em prol de maiores bônus, por exemplo) ou de miopia gerencial (modificando os resultados para suprir as previsões dos analistas, por exemplo).

É preciso, contudo, atentar para o fato de que nem todos os atos de gerenciamento de resultados são dolosos, sendo cabível, em certos casos, o mero intuito de reportar ao mercado a visão individual de um ou mais gestores acerca do resultado da empresa, conforme Martins et al. (2016) e Marçal e Macedo (2019).

Consoante a subjetividade intrínseca das normas contábeis diante de múltiplas escolhas em determinados cenários, surge a possibilidade de mudança na qualidade da informação divulgada (independentemente do sentido), de acordo com Goncharov e Zimmermann (2007). Assim, a falta de consenso na literatura sobre o gerenciamento de resultados é uma questão natural *per se* (Dechow, Sloan & Sweeney, 1996).

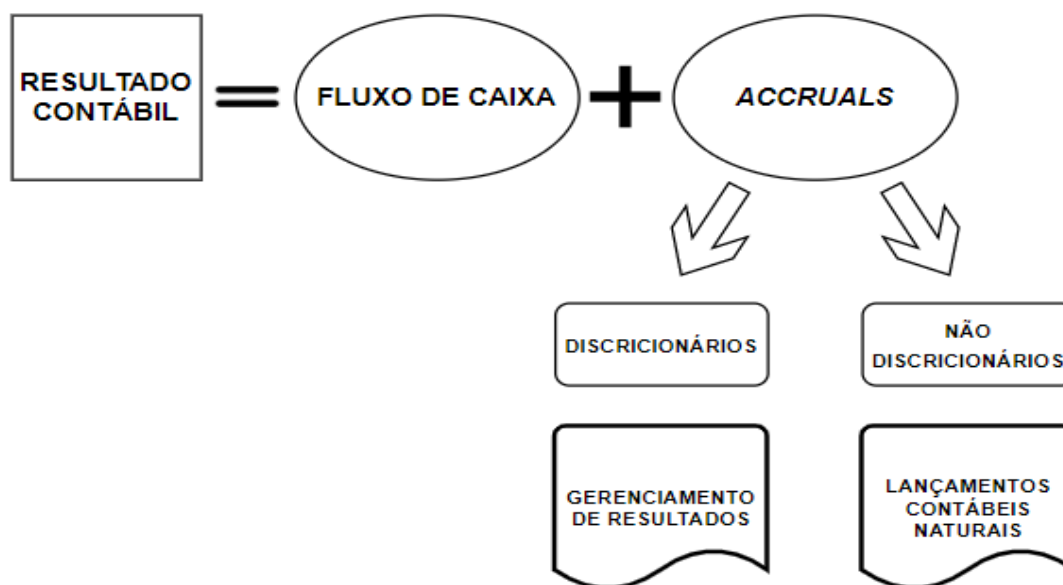
A depender dos propósitos de cada gestor no processo de GR, o ato é feito por meio de manipulações nos *accruals* ou por atividades reais (Zang, 2012), havendo um *trade-off* entre estes quando um é mais custoso que o outro (Ipino & Parbonetti, 2017). Enquanto o GR por *accruals* ocorre a partir de escolhas contábeis atreladas a contas de resultado, o GR por atividades reais ocorre pela alteração de rotinas operacionais, como a mudança no fluxo das vendas ou dos montantes de despesas discricionárias (Schuster & Klann, 2019).

Mas, conforme Dyreng et al. (2020), o gerenciamento de resultados por *accruals* é mais arriscado perante investigações dos auditores e de órgãos reguladores e, por esta razão, servirá de enfoque nesta pesquisa, que investiga a relação observada deste construto junto aos serviços prestados por auditores independentes.

### 2.2.1.2 Gerenciamento de resultados via *accruals* discricionários

Os *accruals* se tornaram um elemento básico no que se refere ao contexto acadêmico da contabilidade e da auditoria (Jackson, 2018). A obtenção desta medida, em sua forma agregada, decorre da simples diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das entidades (Martinez, 2008; Schuster & Klann, 2019).

Porém, somente a parcela discricionária dos *accruals* é tratada como *proxy* de gerenciamento de resultados, ao passo que a parcela não-discricionária é derivada das atividades naturais das empresas (Martinez, 2008). Isto pode ser visualizado perante a Figura 3.



**Figura 3. Accruals discricionários x accruals não-discricionários**

Fonte: Adaptado de Martinez (2008)

Dichev, Graham, Harvey e Rajgopal (2016), ao entrevistarem profissionais da área financeira, recebem um retorno de que, de fato, os *accruals* discricionários são um dos principais condutores do gerenciamento de resultados. Porém, a segregação das duas parcelas do GR (discricionária e não-discricionária) é deveras complexa (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995; Dechow, Hutton, Kim & Sloan, 2012), o que despertou o interesse acadêmico e o uso contínuo de distintos modelos econométricos para tal função (Dechow, Ge & Schrand, 2010; Duarte, Galdi & Damasceno, 2020; Jackson, 2018).

Healy (1985), por exemplo, considera como *accruals* não-discricionários os *accruals* totais médios ponderados pelos ativos e, por conseguinte, os *accruals* discricionários são obtidos pela diferença entre os *accruals* totais e os *accruals* não-discricionários.

Jones (1991), ao identificar o pressuposto da constância dos *accruals* não-discricionários no modelo de Healy (1985), promove uma alteração metodológica ao regredir uma equação que se vale da variação das receitas e dos ativos imobilizados como regressores controladores de *accruals* não-gerenciados. Assim, o referido modelo presume o termo de

erro da regressão como a parcela discricionária da equação que tem como variável dependente os *accruals* totais.

O modelo de Jones Modificado, utilizado em larga escala na literatura acadêmica (Consoni, Colauto & Lima, 2017), segue a tendência de correção de um modelo antepassado ao corrigir a inverídica assunção de que as receitas nunca serão gerenciadas, expressa no modelo de Jones (1991). Para tal, Dechow et al. (1995) reduzem da variação das receitas a variação do saldo de contas a receber, considerando, assim, a eventual manipulação das vendas a prazo (Paulo, 2007).

Já Dechow et al. (2012), adicionam o intercepto e os *accruals* totais defasados ao modelo de Jones Modificado, corrigindo o enviesamento dos coeficientes, adequando o poder de explicação ( $R^2$ ) do referido modelo e agregando o “efeito reversão” dos *accruals* para o período corrente (Martins et al., 2016).

São muitos os modelos desenvolvidos com o intuito de seccionar as parcelas dos *accruals*, não sendo objeto deste estudo adentrar os pormenores de cada um deles, porém, ressalta-se que todos possuem determinadas limitações diante dos critérios adotados pelos autores, não existindo um modelo perfeito (Dechow et al., 1995).

### 2.2.1.3 Estudos recentes – Gerenciamento de Resultados

Em âmbito internacional, Kim, Kim e Zhou (2017) investigam como os idiomas estão associados ao gerenciamento de resultados em diferentes países. A partir de uma base de dados que contemplava 38 diferentes idiomas, os autores perceberam ao final da pesquisa que o GR é menos prevalente quando há menos tempo de dissociação na linguagem. Tal dissociação representa o lapso temporal entre o presente e o futuro de acordo com cada estrutura gramatical. Assim, segundo os autores, quando as linguagens reduzem a distância do futuro, os gestores assumem uma postura menos propensa ao GR por acreditarem que as possíveis sanções seriam iminentes.

Lo, Ramos e Rogo (2017), a partir de uma amostra composta por 4885 empresas não financeiras do mercado dos Estados Unidos da América, inferem que empresas com resultados gerenciados para inflar os lucros tendem a apresentar relatórios mais complexos, desafiando a ideia de que boas notícias são mais fáceis de serem comunicadas ao mercado e demonstrando que a ocultação de informações torna as divulgações mais complexas.

Já Beuselinck, Cascino, Deloof e Vanstraelen (2019) visam identificar os canais pelos quais as matrizes exercem sua influência nas políticas contábeis das subsidiárias e, ao analisar dados em painel de uma amostra pertinente a 89 países entre 2002 e 2010, notam que o gerenciamento de resultados nas subsidiárias aumenta de acordo com o grau de interação destas empresas com suas respectivas matrizes.

Dyrenge et al. (2020) examinam o *trade-off* entre o GR e as violações de cláusulas considerando o desempenho futuro das entidades. Os resultados sugerem que, em média, os acionistas em empresas com alto risco de violação ficam em melhor situação quando suas empresas se envolvem com sucesso no gerenciamento de lucros acumulados para evitar uma violação em comparação com os acionistas em empresas que violam um pacto, mas não gerenciam os lucros. Assim, há indícios de que o gerenciamento de resultados relacionado a acordos não seja necessariamente um conflito de agência entre acionistas e administradores.

Já no cenário nacional, Paulo e Mota (2019) analisaram as estratégias de GR em função dos ciclos econômicos e evidenciaram mudanças nas ações de GR de acordo com o ambiente econômico corrente. Cappellesso, Rodrigues e Gonçalves (2019) relatam que a maior proximidade entre as normas contábeis e fiscais reduzem os incentivos para a manipulação dos resultados. E Silva, Zonatto, Magro e Klann (2019) destacam a influência do comportamento assimétrico dos custos no gerenciamento de resultados de empresas brasileiras.

Ainda em cerne local, Santana, Santos, Carvalho Júnior e Martinez (2020) evidenciam que os *accruals* discricionários estão positivamente associados com o sentimento do investidor no mercado de capitais brasileiro, semelhante aos mercados com maior eficiência informacional. E Silva e Klann (2020), numa análise do efeito da complexidade empresarial no GR, demonstram que a experiência de mercado das empresas analisadas e a rentabilidade de seu patrimônio líquido elevam o nível de GR.

## **2.2.2 Qualidade da Auditoria - QA**

### **2.2.2.1 Conceituação**

Consoante Abad, Sánchez-Ballestra e Yagüe (2017), a auditoria independente é um aparato capaz de agregar confiabilidade para as demonstrações contábeis das entidades que as divulgam. Isso ocorre porque os auditores externos atuam como procuradores dos investidores, uma vez que, a partir de critérios pré-estabelecidos, estes profissionais

averiguam os reportes financeiros das empresas, relatando as circunstanciais inconformidades ao público (Jeppesen, 2019).

Diante do exposto precedente, tem-se a premissa da competência dos auditores como um pré-requisito para que o exercício da auditoria independente seja considerado como de boa qualidade. Todavia, é mister destacar que uma auditoria de qualidade requer, ainda, outra característica, a independência (DeAngelo, 1981). A autora seminal conjectura a qualidade da auditoria como uma combinação entre a capacidade de detecção de eventuais distorções contábeis (competência) e a liberdade para o informe destes possíveis entraves ao mercado (independência). Tal conceituação, apesar de clássica, é utilizada de forma proeminente até a atualidade (Sulaiman, Shahimi & Singh, 2019).

Aobdia (2019) e Khani e Noroozian (2018) explicam que a qualidade da auditoria não é diretamente observável, fato que dificulta a sua mensuração e exige dos pesquisadores o uso de *proxies* diversas para tal fim. Assim, algumas destas *proxies* podem vir a representar a vertente da competência, outras a fazem para a independência e outras tantas, para ambos os casos (Paulo, Cavalcante & Paulo, 2013).

Não obstante, as *proxies* de qualidade de auditoria podem, ainda, serem classificadas como *ex ante / a priori / input* ou *ex post / a posteriori / output* (DeFond & Zhang, 2014). Enquanto a primeira classe reporta atributos observáveis do auditor e/ou da firma de auditoria, a segunda classe deriva, em geral, da qualidade dos relatórios financeiros das empresas auditadas (Aobdia, 2019).

DeFond e Zhang (2014) salientam que enquanto as *proxies* do tipo *input* são as mais utilizadas na literatura em função de sua praticidade, as *proxies* do tipo *output* tendem a ser as mais eficientes no processo de mensuração da qualidade da auditoria, sendo a sua fragilidade a limitação no montante de evidências. Porém, destacam os referidos autores que o ideal de pesquisa na construção de uma medida de auditoria de qualidade seria o uso combinado de medidas *input* e *output*. Seguindo esta premissa e valendo-se apenas de *proxies* de fossem capazes de representar a competência e a independência dos auditores de forma conjunta, esta pesquisa assume como variáveis *input* e *output* para QA, respectivamente, o Tamanho das Firma de Auditoria (TFA) e o Tempo de Prestação de Serviços no Cliente (TPSC).

#### 2.2.2.2 *Proxies* de QA adotadas na pesquisa

O TFA havia sido sugerido como a principal *proxy* de qualidade de auditoria desde o trabalho seminal de DeAngelo (1981) e, aparentemente, este fato segue em voga até a contemporaneidade, vide as recentes pesquisas de Abid, Shaique e Anwar ul Haq (2018), DeFond, Erkens e Zhang (2017), Orazalin e Akhmetzhanov (2019), Zandi, Sadiq e Mohamad (2019), que enfatizaram de alguma forma o uso desta métrica como *proxy* de qualidade de auditoria.

Em suma, DeAngelo (1981) ressaltou que o TFA – rotineiramente representado pelo fato de a firma ser ou não uma das *Big Four* do ramo – sugere uma maior competência, uma vez que empresas maiores possuem mais recursos financeiros e técnicos que, por sua vez, retornam trabalhos de melhor qualidade. E, paralelamente, a independência destas firmas também tende a ser maior, já que ao possuírem mais recursos financeiros, são menos dependentes de um cliente e, portanto, menos suscetíveis a aceitarem práticas discricionárias dos gestores (Paulo et al., 2013).

Em relação ao TSPC, assume-se, de uma forma geral, que quanto maior for este tempo, mais conhecimento será agregado ao auditor em relação ao cliente, elevando a qualidade do serviço de auditoria independente (Ghosh & Moon, 2005, Paulo et al., 2013). Contudo, sendo o relacionamento entre a firma de auditoria e o cliente mais longínquo, é presumida uma redução da independência do auditor diante da aproximação entre as partes (Al-Thuneibat, Al Isa & Ata Baker, 2011; DeFond & Subramanyam, 1998; Carey & Simnett, 2006). Neste sentido, Junaidi, Apriyanto, Nurdiono e Suwardi (2014) salientaram a ambiguidade desta variável para a qualidade da auditoria e indicaram a continuidade de sua utilização como forma de melhor elucidar tal questão.

São exemplos de pesquisas contemporâneas que utilizaram o tempo de prestação de serviços no cliente como *proxy* de qualidade da auditoria: Buntara e Adhariani (2019), que evidenciaram uma melhora da qualidade da auditoria para as empresas de capital aberto da Indonésia que mantiveram contratos mais longínquos com as suas firmas de auditoria; Apandi (2018) que, por outro lado, identifica também no mercado da Indonésia um efeito negativo na percepção dos investidores sobre a qualidade dos lucros quando os contratos de auditoria são de longo prazo; Cunha, Leite e Moras (2019), que encontraram uma insignificância estatística da rotação das firmas de auditoria na relação com o nível de gerenciamento de resultados nas empresas listadas na antiga BM&FBOVESPA; e Marçal e Alberton (2020), que percebem insignificância do tempo de prestação de serviços da firma de auditoria sobre a qualidade da

auditoria aos olhos de *Chief Executive Officers* (CEO's) de empresas do mercado de capitais do Brasil.

### 2.2.2.3 Estudos recentes – Qualidade da Auditoria

Em uma análise de 331 empresas do mercado norte-americano entre 1976 e 1995, Jiang, Wang e Wang (2019) examinam se os auditores de firmas *Big Four* fornecem qualidade de auditoria maior que os demais colaterais considerando a configuração de aquisições de auditores. Ao final da pesquisa, os autores mencionam que há uma tendência de que os auditores adquiridos que se tornaram *Big Four*, de fato, melhoraram a qualidade de seus serviços. Fato reforçado quando os resultados do estudo indicaram que isso não ocorreu nos casos de fusões e aquisições entre firmas não *Big Four*.

Também relacionado ao quesito escolha da firma de auditoria, porém, no sentido de seleção dos parceiros de auditoria, está o estudo de Lee, Nagy e Zimmerman (2019). Esta pesquisa examina os fatores de oferta e demanda que influenciam a seleção dos parceiros nos Estados Unidos da América via regressões PROBIT. Foi auferido que as empresas com Conselhos de administração e equipes de alta administração com maior diversidade de gênero têm maior probabilidade de ter uma parceira auditoria de liderança feminina. Além disso, destaca-se que a experiência do conselho do cliente está positivamente associada à experiência do auditor principal. Em termos de qualidade de auditoria, especificamente, foi sugerido que os honorários de auditoria mais altos estão positivamente associados a mulheres e aos auditores mais experientes.

Aobdia (2019) busca investigar o nível de concordância entre acadêmicos, profissionais de auditoria e órgãos reguladores quanto às diferentes *proxies* de qualidade de auditoria – questão destacada como complexa conforme DeAngelo (1981) e DeFond e Zhang (2014) previamente – no cenário norte-americano entre 2003 e 2013. A pesquisa ressalta a partir dos resultados gerais que há um campo comum entre as partes envolvidas quando se trata de *proxies* rotineiras, cabendo destaque para as republicações, os honorários de auditoria e a propensão para atingir ou aumentar limites de ganhos.

Em termos de pesquisas nacionais, é possível mencionar Silvestre, Costa e Kronbauer (2018), que analisaram o efeito do rodízio das firmas de auditoria sobre a qualidade dos lucros das empresas de capital aberto da [B]<sup>3</sup> entre 2008 e 2015, tendo como resultado principal a indicação que a rotação das firmas de auditoria reduz o volume de *accruals* discricionários e,

por conseguinte, eleva a qualidade dos lucros quando examinada a perspectiva tradicional de gerenciamento de resultados.

Nardi, Silva e Duarte (2020), por sua vez, avaliam a relação entre a realização da expectativa futura de serviços de não-auditoria e a qualidade da auditoria, em si. Por meio de uma análise de dados em painel intervalada entre 2010 e 2015, os autores sustentam, perante os resultados encontrados, que a realização da expectativa futura de prestação de serviços de não-auditoria impacta negativamente a qualidade do serviço de auditoria prestado.

Ainda, tem-se a pesquisa de Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020), que investiga quais elementos da qualidade da auditoria contribuem efetivamente para a redução da assimetria informacional considerando a mudança de padrão contábil (IFRS x BR GAAP). Os resultados da pesquisa indicam que alguns elementos tratados como *proxies* de qualidade auditoria, a exemplo do tamanho das firmas, do tempo de prestação de serviços no cliente, da especialização da firma e da existência de comitê de auditoria, são capazes de mitigar a assimetria informacional (mensurada a partir do *bid-ask spread*). E, mais do que isso, há evidências de que a qualidade da auditoria se torna mais relevante no processo de redução da assimetria informacional no período posterior à adoção das IFRS.

### **2.2.3 International Financial Reporting Standards (IFRS)**

#### **2.2.3.1 Objetivo geral das IFRS**

Conforme Tsunogaya, Hellmann e Scagnelli (2015), a necessidade da convergência para um padrão internacional (IFRS) se deu em função da ideia de que um único conjunto de determinações seria um meio importante de melhorar a comparabilidade dos relatórios financeiros. Castro e Santana (2018) corroboram este entendimento ao relatarem a maior comparabilidade e a maior transparência como efeitos positivos das IFRS. Nessa toada, coube ao *International Accounting Standards Board* (IASB) a missão de desenvolver este conjunto de proposições contábeis de forma sintetizada.

Todavia, embora as IFRS tenham o propósito de padronizar as informações contábeis entre as nações, seu processo de adoção ocorreu de forma distinta a partir de peculiaridades locais (Kvaal & Nobes, 2010).

Para Martucheli e Pereira Filho (2021), sendo a base em princípios uma das principais características das IFRS, haveriam mais encadeamentos na adoção de tais normas em países cujo sistema jurídico é o *Common Law* que em países cujo sistema jurídico é o *Code Law*,



uma vez que o primeiro sistema é consuetudinário – considera os costumes – ao passo que o segundo é legalista. Em contrapartida, países que estejam sob o regime *Code Law* tendem a sofrer maiores impactos no que diz respeito à adoção das IFRS, haja vista as diferentes ópticas inferenciais (Ball, 2006; Zhang, Uchida & Bu, 2013).

Destarte, tem-se a relação direta entre as IFRS – baseadas em princípios – e a mutação paradigmática nos contextos aos quais estas normas foram inseridas (Lourenço & Branco, 2015). Os referidos autores relatam, ainda, que a substituição de um conjunto de regras por um conjunto de princípios trouxe à tona, também, uma maior complexidade das informações contábeis que, agora, requerem mais julgamento e interpretação dos profissionais do cerne contábil.

Sendo assim, tem o IASB como preceito desenvolver e as normas contábeis de forma a torná-las compreensíveis e, ao mesmo tempo, executáveis em todos os contextos (Braga, 2017).

#### 2.2.3.2 Adoção das IFRS no Brasil

Com o advento da Lei 11.638/2007, que viria a alterar a Lei 6.404/1976, foi instaurado, oficialmente, o processo de convergência ao padrão IFRS no Brasil. Isso foi feito pelas empresas de forma facultativa a partir de 2008 e de forma obrigatória a partir de 2010 (Sousa, Sousa & Demonier, 2016).

Ainda que autores como Ball (2006), Zhang et al. (2013) e Martucheli e Pereira Filho (2021) sustentem a ideia de que países sob regime jurídico *Code Law* (como o Brasil) sejam mais propensos a encontrar dificuldades no processo inicial de adoção das IFRS, Duarte, Amaral e Azevedo (2020), em seu ensaio teórico, sustentam a ideia de que o Brasil foi um caso excepcional. Isto porque, segundo estes autores, ainda na fase facultativa das IFRS, grandes empresas já optaram por adotar o modelo baseado em princípios em detrimento ao modelo engessado em regras.

Duarte et al. (2020) explicam que a opção pelo padrão IFRS, mesmo sem o fator de obrigatoriedade legal, se deu em função do interesse das entidades nacionais em facilitar as relações internacionais, em que entidades de diversas localidades já estavam preparando seus relatórios financeiros sob o prisma ofertado pelo IASB. Por exemplo, a Comunidade Europeia, de uma forma geral, já vigorava o padrão IFRS desde 2005.

Alguns estudos de caráter empírico propuseram, então, analisar os efeitos da adoção das IFRS no cenário nacional sob diferentes perspectivas. É possível destacar, dentre os mais recentes, as pesquisas de:

a) Damascena et al. (2017), que relata, a partir dos resultados de uma meta-análise, que não ocorreu após a adoção das IFRS, nas empresas do Brasil, um aumento do grau de conservadorismo condicional e nem a redução do gerenciamento de resultados por *accruals*, mas que, em média, o lucro líquido e o patrimônio líquido passaram a apresentar maior conteúdo informacional em termos de *value relevance*;

b) Zortea, Galdi, Monte-Mor e Beiruth (2017), que ao investigar se ocorreu mudança na eficiência do mercado de capitais do Brasil após a adoção das IFRS a partir do teste de Mishkin, sugere perante os resultados encontrados que a mudança de padrão contábil não foi capaz de modificar a eficiência do mercado em questão em qualquer sentido;

c) Figlioli, Lemes e Lima (2017), que objetiva investigar os níveis de sincronicidade das ações negociadas na [B]<sup>3</sup> considerando o processo de convergência ao padrão IFRS. Os resultados da referida pesquisa indicam redução dos níveis de sincronicidade para o período de adoção obrigatória (a partir de 2010), enquanto não foram encontrados resultados estatisticamente significantes para o período de adoção voluntária (2008 e 2009). Assim, os autores argumentam que a adoção das IFRS provocou, de certa forma, melhoria do conteúdo informacional das demonstrações contábeis;

d) Kajimoto e Nakao (2018), que atesta haver persistência do lucro tributável no mercado de capitais do Brasil após a adoção das IFRS, ainda que tal evento não tenha alterado significativamente a persistência predecessora; e

e) Boina e Macedo (2018); que analisa a capacidade preditiva dos *accruals* discricionários e não discricionários sobre os fluxos de caixa antes e após as IFRS no Brasil. Esta pesquisa aponta diante de seus resultados que antes das IFRS, os *accruals* (com sinal negativo) suportavam indícios de gerenciamento de resultados do tipo oportunístico, ao passo que, após a adoção, o sinal positivo do coeficiente sinalizava uma tendência de escolhas contábeis motivadas sob o aspecto informacional.

### 2.2.3.3 Efeitos da adoção das IFRS no volume de *accruals* discricionários

Conforme Martucheli e Pereira Filho (2021), com a chegada das IFRS, os gestores passaram a usufruir de uma maior gama de discricionariedade contábil, dado que, em certos casos, foi lhes permitida a escolha entre duas ou mais opções, respeitando sempre os princípios das normas internacionais de contabilidade.

Assim, os contadores foram obrigados a modificar seus procedimentos durante a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em vista que os relatórios, considerando o padrão IFRS, são dotados de maior julgamento profissional e, conseqüentemente, maior subjetividade informacional (Antunes, Grecco, Formigoni & Mendonça Neto (2012). Isto, por sua vez, possibilitou um aumento na agressividade dos *accruals* perante as apropriações por competência (Ahmed et al., 2013; Braga, 2017).

Nessa esteira, Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006) ressaltam a necessidade de atenção dos profissionais contábeis no que tange ao risco de especulação gerencial voltada para aspectos oportunistas em função de algumas possibilidades elencadas pelos princípios gerais das IFRS. Joshi, Yapa e Kraal (2016) e Martucheli e Pereira Filho (2021) reforçam este entendimento ao exaltarem a necessidade de treinamento dos profissionais contábeis para que as normas internacionais de contabilidade venham, de fato, contribuir para o crescimento econômico das entidades, sem que haja deturpação da realidade.

As pesquisas de Boina e Macedo (2018) e Cardoso et al. (2015) denotam empiricamente os relatos de Ahmed et al. (2013) ao verificar um aumento no volume de *accruals* discricionários no mercado de capitais do Brasil. Mas, por outro lado, Joia e Nakao (2014) e Pelucio-Grecco et al. (2014), também analisando as empresas de capital aberto listadas no Brasil, encontram evidências opostas, ou seja, tais autores evidenciam uma redução no volume de *accruals* discricionários após a adoção das IFRS. Este cenário oposto pode ser explicado, a princípio, pela maior transparência das informações contábeis em se tratando do padrão IFRS, fato que, por conseguinte, inibiria possíveis ações de caráter arbitrário por parte dos gestores (Barth et al., 2008; Leuz et al., 2003).

A ambigüidade de resultados possíveis no que diz respeito aos *accruals* discricionários relacionados à adoção das IFRS fora destacada por Capkun et al. (2016) e Said (2019), cabendo aos autores o relato de que, em geral, a adoção do padrão internacional tende a alterar o volume das acumulações discricionárias, independentemente do sentido.

Argumenta-se desde já que, para a presente pesquisa, foi pré-assumida a ideia de aumento do volume médio de *accruals* discricionários. Tal consideração deriva dos resultados

encontrados na pesquisa nacional mais recente sobre o tema (Boina & Macedo, 2018), bem como da expectativa teórica de que os princípios baseados em julgamentos das IFRS flexibilizem o gerenciamento de resultados se comparados aos princípios baseados em regras (Ahmed et al., 2013).

### 2.3 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES DE PESQUISA

Independentemente da ocorrência de dolo, o gerenciamento de resultados é considerado, segundo Healy e Wahlen (1999), uma desvirtuação da realidade da situação econômico-financeira das empresas aos olhos dos investidores.

Assim, os resultados gerenciados (efetivas distorções contábeis) devem ser mitigados por auditorias de qualidade (DeAngelo, 1981). Isto porque os auditores independentes devem atuar como certificadores da credibilidade dos reportes financeiros das empresas auditadas (Alzoubi, 2018; Silva et al.; 2014), fato que sugere uma relação inversa entre o nível de qualidade dos trabalhos de auditoria e o volume de resultados gerenciados.

Diante deste aparato teórico e das observações empíricas de Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020), Lennox et al. (2018), Lennox et al. (2016) e outros, assume-se a seguinte hipótese:

***H1:** A qualidade da auditoria está negativamente associada ao gerenciamento de resultados.*

Por sua vez, as normas internacionais de contabilidade (IFRS) também influenciam o gerenciamento de resultados de alguma forma (Ipino & Parbonetti, 2017).

Por um lado, a mudança para o padrão contábil internacional pode auxiliar a reduzir as práticas de gerenciamento de resultados dada sua exigência de maior transparência das informações contábeis ao mercado (Barth et al., 2008; Leuz et al., 2003), inibindo ações discricionárias dos gestores. Ainda que estudos como os de Jeanjean e Stolowy (2008) e Mongrut e Winkelried (2019) contestem o fato de que a simples adoção das IFRS seja capaz de gerar maior transparência aos reportes financeiros, é fato que algumas pesquisas (Montoya, 2018; Pelucio-Grecco et al., 2014) evidenciaram reduções no volume de *accruals* discricionários no período posterior à adoção das IFRS.

Mas, por outro lado, seria factível, segundo Ahmed et al. (2013), que a adoção das IFRS ensejasse em um aumento do gerenciamento de resultados em função da oferta de mais

liberdade aos gestores no processo de escolhas contábeis. Tal lógica foi corroborada no cenário nacional, por exemplo, por Boina e Macedo (2018) e Cardoso et al. (2015), ao observarem um avanço no volume de *accruals* discricionários a partir da adoção das IFRS.

Percebe-se, então, que há ambiguidade na literatura em se tratando da influência das IFRS sobre o gerenciamento de resultados (Capkun et al., 2016; Said, 2019), mas os indícios são de que, de uma forma ou de outra, a mudança para o padrão contábil internacional altera a qualidade dos reportes financeiros em termos de resultados gerenciados.

Diante da supracitada ambiguidade, não seria possível, até o presente momento, supor uma direção de hipótese. Por este motivo, optou-se por seguir os resultados correlatos da pesquisa mais recente (Boina & Macedo, 2018), em detrimento das pesquisas menos contemporâneas (Joia & Nakao, 2014; Grecco et al., 2014). Consequentemente, foi assumida como mais provável a direção de influência positiva das IFRS no GR. Destarte, tem-se:

*H2: A adoção das IFRS está positivamente associada ao gerenciamento de resultados.*

Dentre as nuances das IFRS, cabe destaque ao amplo uso das mensurações de valor justo, incluindo as contas de investimentos de curto e longo prazo, imobilizado, intangíveis, *stock options*, operações descontinuadas, dentre outras (Ball, Li & Shivakumar, 2015). Nesta modalidade de mensuração, há uma maior subjetividade nas informações reportadas ao mercado desde a interpretação individual de cada elemento em sua gama de contextos até a eventual ausência de mercado para algum ativo, que exige dos gestores a assunção de cálculos com critérios igualmente subjetivos (Iudícibus & Martins, 2007).

Assim, a maior utilização das mensurações a valor justo, ao inibirem as tradicionais mensurações por valores históricos, conjecturam as IFRS como potenciais desafios aos trabalhos dos auditores independentes (Kumarasiri & Fisher, 2011). Para Bell e Griffin (2012), estes indivíduos foram postos em uma situação de emprazamento no momento da emissão de uma determinada opinião, haja vista que a intrínseca incerteza das mensurações a valor justo não pode ser erradicada pela auditoria independente. Tal entrave poderia tornar especialmente árduo no âmbito dos resultados gerenciados, uma vez que tais elementos são dotados de parcelas compostas por visões particulares dos gestores (Marçal & Macedo, 2019; Martins et al., 2016).

No entanto, se corroborada a lógica trazida por Barth et al. (2008) de que a maior transparência das IFRS inibe o gerenciamento de resultados diante da exposição das ações

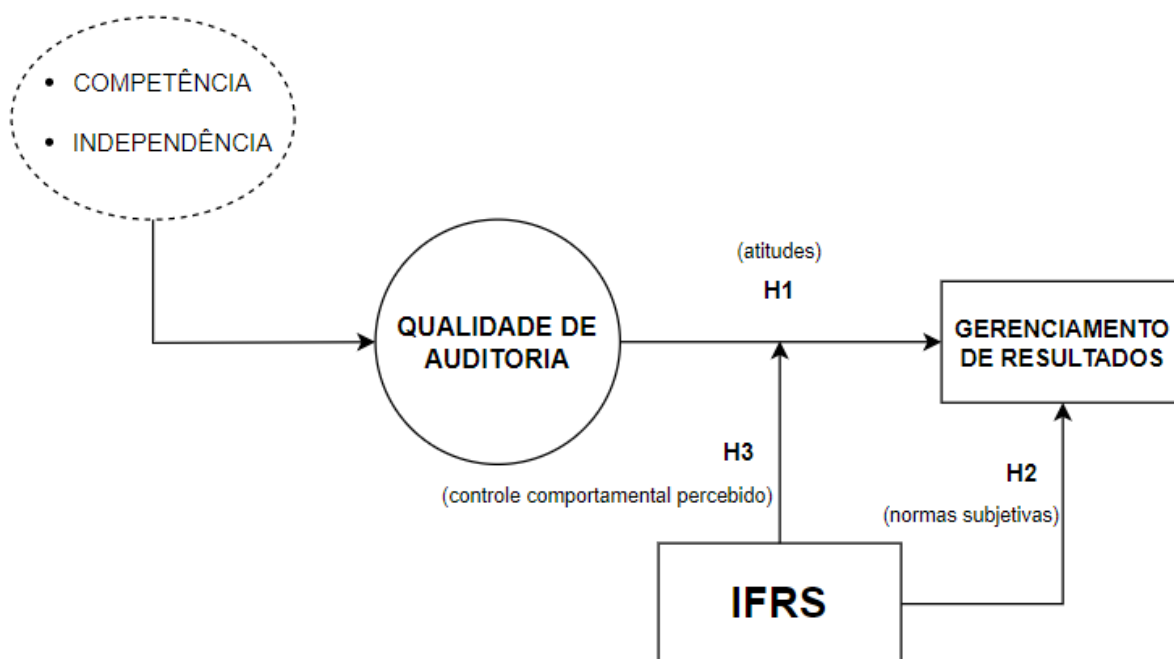
oportunistas dos gestores, a mudança para o padrão contábil viria a se tornar um facilitador dos trabalhos dos auditores independentes no sentido de mitigação de resultados gerenciados.

Destarte, ainda que não seja fiável determinar um sentido *a priori*, há uma esperança hipotética baseada na literatura existente de que as IFRS poderiam vir a impactar o poder de mitigação do gerenciamento de resultados de alguma forma. Este fato traz à tona, então, a última hipótese de pesquisa, delineada como:

**H3:** *A adoção das IFRS tem papel moderador na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados.*

A referida hipótese está em linha com a sugestão de pesquisa feita por Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020), que investigaram em seu estudo a relação entre a qualidade da auditoria e a assimetria da informação, sendo esta mensurada a partir do *bid-ask spread*, especificamente.

Por fim, respeitando o conceito de qualidade de auditoria de DeAngelo (1981), em que tal termo é derivado de um composto dos aspectos de competência e independência dos auditores independentes, pode-se resumir os meandros da presente pesquisa a partir de seu desenho.



**Figura 4. Desenho de pesquisa**  
Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Revisitando os conceitos da TCP, assume-se que a H1 denota o elemento “atitudes” ao reportar um comportamento intrínseco dos auditores no processo de mitigação do gerenciamento de resultados.

A H2, por sua vez, remete ao elemento “normas subjetivas”, enquanto gestores poderiam eventualmente pressionados por uma força externa (IFRS) em suas ações favoráveis ou desfavoráveis à ocorrência do GR.

Por fim, o “controle comportamental percebido” estaria representado na H3, uma vez que a adoção das IFRS ensejaria um eventual aumento das práticas de GR (Schuchter & Levi, 2016), gerando entraves nos trabalhos de auditoria em termos de mitigação do GR ou um efeito inverso, qual seja, inibiria a ocorrência de GR perante a exigência de mais transparência aos usuários externos (Barth et al., 2008), conjecturando-se como uma ferramenta de auxílio aos auditores na mitigação de GR.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 PARADIGMA E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Consoante Burrell e Morgan (1979), este estudo se enquadra ontologicamente como realista (a qualidade da auditoria existe de forma autônoma em relação à vontade dos indivíduos); epistemologicamente como positivista (busca explicar a redução do gerenciamento de resultados em função da qualidade da auditoria de forma conjunta às IFRS); metodologicamente como nomotético (vale-se de técnicas quantitativas para verificar hipóteses de pesquisa); e determinista em termos de natureza humana (pois o comportamento dos auditores independentes estaria sendo influenciado por uma situação específica, a adoção das IFRS).

#### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

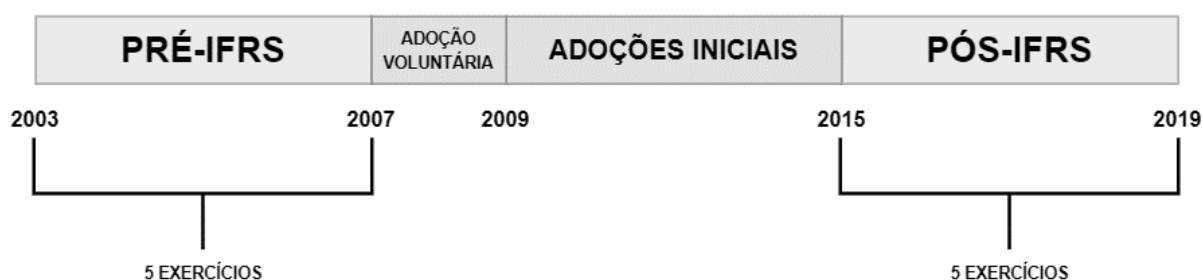
A presente pesquisa tem como população as empresas não-financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão [B]<sup>3</sup>. A amostra é considerada não-probabilística uma vez que foram adotados critérios de seleção prévia fundamentos em aparato teórico, que são pormenorizados na sequência.

A adoção obrigatória das IFRS no Brasil se deu no ano de 2010, todavia, Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) haviam destacado que os anos iniciais das IFRS (período de transição) não eram capazes de incorporar totalmente seus efeitos, gerando vieses nas inferências de gerenciamento de resultados. Este fato foi comprovado empiricamente, inclusive, na pesquisa de Jeanjean e Stolowy (2008).

Assim, optou-se por definir o ano de 2015 como o ano-base para o período pós-IFRS. Este período teve como ano-fim o exercício de 2019. Isto porque, em 2020, com o surgimento da pandemia da COVID-19, diversos setores foram impactados e, portanto, haveria um potencial risco de enviesamento na análise longitudinal em função deste exercício atípico.

Como o período pós-IFRS abarcou 5 exercícios (2015-2019), optou-se por intervalar o período pré-IFRS de igual forma, tendo o propósito de equilibrar o painel de dados em termos de adoção das IFRS. Destarte, o período pré-IFRS se inicia em 2003 e termina em 2007 (último ano antes da adoção voluntária das IFRS).





**Figura 5. Recorte cronológico**

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Cabe destacar que o período de adoção voluntária das IFRS (2008-2009) foi desconsiderado, uma vez que, neste cenário, não seria possível analisar os efeitos da mudança do padrão contábil como um todo para o mercado de capitais no Brasil (Marçal & Macedo, 2019; Silva, Borges, Gonçalves & Nascimento, 2017).

Para a composição amostral, foram eliminadas as observações de empresas que não apresentaram todas as informações necessárias e/ou que não apresentaram dados em todos os exercícios observados, conforme ações de Van Tendeloo e Vanstraelen (2005). Ao manter apenas as empresas que apresentam dados para todos os exercícios, o painel de dados será plenamente balanceado, fato necessário para um adequado acompanhamento cronológico durante as inferências (Gujarati & Porter, 2011) e cuja justificativa de seleção está presente na subseção seguinte.

Os dados referentes ao resultado, ao fluxo de caixa e aos elementos responsáveis pela extração dos *Accruals* Totais (ACCT) e dos *Accruals* Discricionários (ACCD) foram coletados diante da plataforma Economática<sup>®</sup>. Já os dados que remetem ao componente Qualidade da Auditoria (QA) foram coletados na plataforma Thomson Reuters<sup>®</sup>.

Em síntese, a Tabela 1 denota o processo de corte populacional, passo a passo, até a obtenção da amostra final da pesquisa.

Evento	Nº de Empresas	Nº de Observações
População	276	2760
(-) Dados faltantes da Economática	127	1270
(-) Dados faltantes da Thomson Reuters	57	570
(=) Amostra final	92	920

**Tabela 1. Composição amostral**

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

### 3.3 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS

Optou-se pela adoção prévia de um painel de dados balanceado porque os erros-padrão são maiores em painéis não-balanceados, conforme Nijman e Verbeek (1992), fato que diminui a precisão média do modelo. Não obstante, o uso de painéis não-balanceados sugere maior presença de viés de atrito (Gadelha, 2011). Segundo este autor, isso poderia afetar a significância do teste de Hausman, que é imprescindível para a presente pesquisa, conforme explicado adiante.

Como a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) só veio a se tornar obrigatória a partir da adoção das IFRS, a extração da variável ACCT por meio da abordagem dos fluxos de caixa não seria possível, destarte, tal extração, para ambos os períodos, decorreu da abordagem do balanço patrimonial (Eq. 1). Este procedimento é comum, segundo Hribar e Collins (2002) justamente pela indisponibilidade de dados da DFC nos anos que precedem as IFRS.

$$\text{(Eq. 1)} \quad ACCT_{i,t} = \frac{(\Delta AC_{i,t} - \Delta DISP_{i,t}) - (\Delta PC_{i,t} - \Delta PFPC_{i,t}) - DEPAMO_{i,t}}{A_{i,t-1}}$$

Em que:

$ACCT_{i,t}$  é o montante de *accruals* totais da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$A_{i,t-1}$  são os ativos totais da empresa  $i$  no período  $t-1$ ;

$\Delta AC_{i,t}$  é a variação do Ativo Circulante da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$\Delta PC_{i,t}$  é a variação do Passivo Circulante da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$\Delta DISP_{i,t}$  é a variação das Disponibilidades da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$\Delta PFPC_{i,t}$  é a variação do Passivo Financeiro de Curto Prazo da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$DEPAMO_{i,t}$  são as despesas de depreciação e amortização da empresa  $i$  no período  $t$ .

A variável ACCD foi considerada a partir do modelo de Dechow, Hutton, Kim e Sloan (2012), disposto na Equação 2. A escolha por este modelo decorre da adição do intercepto e dos *accruals* totais defasados ao modelo de Jones Modificado, que é amplamente utilizado pela literatura até os dias atuais (Consoni, Colauto e Lima, 2017). Essas adições corrigem o enviesamento dos coeficientes, adequando o poder de explicação ( $R^2$ ) do modelo original – outrora criticado por Paulo (2007) – e permitem a captura do efeito de reversão dos *accruals* para o período corrente (Martins, Paulo & Monte, 2016).

$$\text{(Eq. 2)} \quad ACCT_t = \alpha + \beta_1 \left( \frac{1}{A_{t-1}} \right) + \beta_2 (\Delta ROL_t - \Delta CR_t) + \beta_3 IMOB_t + \beta_4 ACCT_{t-1} + \varepsilon$$

Em que:

- t é o período em questão;
- ACCT são os *accruals* totais;
- A é o ativo total;
- $\Delta CR$  é a variação do saldo de contas a receber;
- IMOB é o saldo do ativo imobilizado;
- $\Delta ROL$  é a variação da receita operacional líquida;
- $\alpha$  é o intercepto;
- $\beta_{1,2,3,4}$  são os coeficientes angulares;
- $\varepsilon$  é o termo de erro estocástico.

Após a obtenção dos *accruals* discricionários por meio do referido procedimento, foi realizado o teste de diferença de médias para o alcance do primeiro objetivo específico relatado na primeira seção desta pesquisa.

A qualidade da auditoria, por sua vez, foi considerada a partir de 2 das principais *proxies* da literatura, segundo DeFond e Zhang (2014), as variáveis TFA e TPSC, pormenorizadas previamente. Enquanto a TFA é representada de forma dicotômica (0 = Não *Big Four*; 1 = *Big Four*), conforme DeAngelo (1981), a variável TPSC é expressa em anos completos da relação firma de auditoria x cliente, tratando-se, portanto, de uma variável quantitativa discreta.

Tão logo, a Equação 3 reporta a regressão responsável por verificar as hipóteses de pesquisa.

$$\text{(Eq. 3) } |ACCD| = \alpha + \beta_1 \text{END} + \beta_2 \text{TAM} + \beta_3 \text{TFA} + \beta_4 \text{TPSC} + \beta_5 \text{IFRS} + \beta_6 \text{IFRS} \times \text{TFA} + \beta_7 \text{IFRS} \times \text{TPSC} + \varepsilon$$

Em que:

- $|ACCD|$  é o volume de *Accruals* Discricionários em módulo;
- IFRS é uma variável *dummy* que assume valor 1 para o período pós-IFRS e 0 para o contrário;
- END é o Endividamento, mensurado pela razão entre o Passivo Exigível o Ativo Total da empresa;
- TAM é o Tamanho da empresa auditada, mensurado pelo logaritmo natural do seu total de ativos;
- $\alpha$  é o intercepto;
- $\beta_{1,2,n}$  são os coeficientes angulares;
- $\varepsilon$  é o termo de erro estocástico.

As variáveis END e TAM foram adicionadas como variáveis de controle seguindo os estudos correlatos de Arioglu (2020), Bucholz, Lopatta e Maas (2019), Cunha, Leite e Moras (2019), Paulo e Mota (2019) e Sundvik (2019).

A variável de resposta |ACCD| foi tratada em sua função modular perante o interesse na intensidade do nível de gerenciamento de resultados, independentemente do propósito, seja ele de inflar ou reduzir o resultado do período. Este tratamento também foi adotado em pesquisas anteriores, vide Silvestre, Costa e Kronbauer (2018).

A Tabela 2, a seguir, sintetiza as variáveis abordadas na pesquisa para fins elucidativos.

<b>SIGLA</b>	<b>NOME</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TIPO</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>
<b>ACCD</b>	<i>Accruals</i> Discricionários	Parcela gerenciável dos lucros; estipulada como proxy de GR; mensurada a partir do termo de erro aleatório do modelo de Dechow et al. (2012).	Contínua	Regressando	Dechow et al. (2012).
<b>END</b>	Endividamento da empresa	Razão entre o Passivo Exigível e o Ativo Total.	Contínua	Controle	Arioglu (2020), Bucholz et al. (2019), Cunha et al. (2019), Paulo e Mota (2019) e Sundvik (2019).
<b>TAM</b>	Tamanho da empresa	Logaritmo natural do Ativo Total.	Contínua	Controle	Arioglu (2020), Bucholz et al. (2019), Cunha et al. (2019), Paulo e Mota (2019) e Sundvik (2019).
<b>TFA</b>	Tamanho da Firma de Auditoria	Ser uma das Big Four (valor 1) ou não ser uma das Big Four (valor 0).	<i>Dummy</i>	Regressor	Abid et al. (2018), DeAngelo (1981), DeFond et al. (2017), Orazalin e Akhmetzhanov (2019), Zandi et al. (2019).
<b>TPSC</b>	Tempo de Prestação de Serviços no Cliente	Medida, em anos, dos serviços prestados continuamente por uma firma em um determinado cliente.	Discreta	Regressor	Apandi (2018), Buntara e Adhariani (2019), Cunha et al. (2019), Marçal e Alberton (2020).

<b>IFRS</b>	<i>International Financial Reporting Standards</i>	Assunção do padrão IFRS (valor 1) ou o oposto (valor 0).	<i>Dummy</i>	Interação	Boina e Macedo (2018), Cardoso et al. (2015), Joia e Nakao (2014), Marçal e Macedo (2019), Pelucio-Grecco et al. (2014).
-------------	--	--	--------------	-----------	--

**Tabela 2. Variáveis de pesquisa**

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Foi adotado o método de winsorização como medida de tratamento para possíveis *outliers* (Fávero et al., 2009). Foram aparados valores extremos referentes a 10% da amostra, ou seja, 5% de cada cauda da distribuição. O processo foi feito apenas nas variáveis quantitativas contínuas (|ACCD|, END e TAM).

Foi verificada a condição de homocedasticidade dos resíduos diante do teste de Breusch-Pagan, ao passo que a normalidade dos resíduos foi verificada diante do teste Jarque-Bera (Fávero et al., 2009). A multicolinearidade, por sua vez, foi testada em primeira instância pelo Fator de Inflação da Variância (FIV), assumindo o limite máximo de 10 unidades (Gujarati & Porter, 2011).

Quanto à escolha da abordagem a ser utilizada no painel (*pooled*, efeitos fixos ou efeitos aleatórios), foram performados os testes de Chow, Hausman e Multiplicador Lagrangeano de Breusch-Pagan, tal qual sugerem Fávero et al. (2009).

Como proposta de análise de sensibilidade, foi performada a Equação 3 sem o procedimento de aparagem dos valores extremos. Esta proposta visa identificar possíveis discrepâncias do conjunto real de dados em comparação ao conjunto ajustado.

Todos os testes, bem como o cálculo das regressões, serão realizados com o auxílio do *software* STATA<sup>®</sup> considerando sempre um nível de confiança de 95%.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Estatísticas descritivas

A partir da Tabela 3, tem-se um compêndio das estatísticas descritivas das variáveis abordadas no presente estudo.

PAINEL A – Variáveis Quantitativas					
Variável	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio-Padrão
ACCD	0,0009	0,0553	0,0183	0,0133	0,0152
END	0,2800	2,1800	0,7438	0,6826	0,4419
TAM	11,0300	17,8800	14,6475	14,6918	1,9861
TPSC	1,0000	7,0000	2,1402	2,0000	1,2195

PAINEL B – Variáveis Qualitativas		
Variável	Nº de casos “0”	Nº de casos “1”
TFA	515	405
IFRS	460	460

**Tabela 3. Estatísticas descritivas**

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

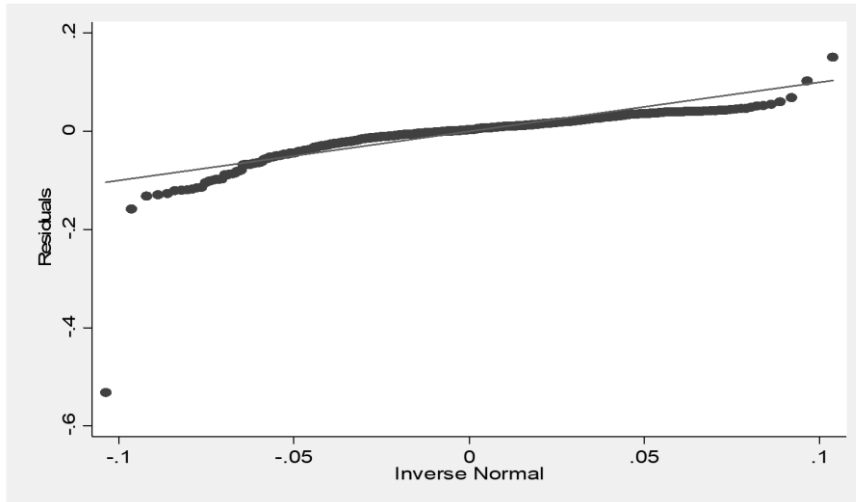
É possível identificar na Tabela 3 que há dispersão controlada para as variáveis ao perceber medidas reduzidas de desvio-padrão e também pela proximidade entre a média e a mediana em todas as variáveis.

Este fato, a princípio, sugere eficácia no procedimento de *winsorização*, reduzindo o risco de influência de *outliers* na pesquisa.

### 4.2 Estatísticas inferenciais

Esta subseção tem como início o procedimento de extração da variável ACCD mediante o uso do modelo de Dechow et al. (2012), previamente explicitado na Equação 2.

Na performance do teste Jarque-Bera, foi identificado um p-valor de  $1,8e+05$ . Tal valor é amplamente superior ao nível de significância proposto (5%) e, portanto, não seria possível rejeitar a hipótese nula que indica a normalidade dos resíduos da equação 2. Contudo, para fins elucidativos e também como forma de confirmação do resultado do teste, é apresentado, na sequência, o gráfico da normal inversa (Figura 6).



**Figura 6. Gráfico da normal inversa – Equação 2**  
 Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Em relação ao risco de heterocedasticidade, foi obtido um p-valor de 0,0480 no teste de Breusch-Pagan (conforme indicado na Figura 7). Assim, a hipótese nula foi rejeitada e, por conseguinte, foi adotada a correção robusta de White para solucionar a ausência de homoscedasticidade (Gujarati & Porter, 2011).



**Figura 7. Gráfico de resíduos previstos x valores reais – Equação 2**  
 Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Na sequência, foi testada a condição de multicolinearidade entre os regressores diante do teste FIV. Os valores são apresentados na Tabela 4.

Variável	FIV
$\left(\frac{1}{A_{t-1}}\right)$	1,005
$(\Delta ROL_t - \Delta CR_t)$	1,001
IMOB <sub>t</sub>	1,004

ACCT <sub>t-1</sub>	1,003
---------------------	-------

**Tabela 4. Multicolinearidade – FIV Equação 2**

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Nota-se, a partir da referida tabela, que há um risco ínfimo de multicolinearidade, haja vista que os valores de FIV se aproximam do mínimo (1 unidade) e estão consideravelmente distantes do valor limite (10 unidades) estipulado por Gujarati e Porter (2011).

Feitos os procedimentos básicos para a assunção de uma regressão linear múltipla, tem-se, na sequência, os resultados finais da Equação 2.

PAINEL A – Resultados individuais				
ACCT	Coefficiente	Erro-padrão	t	p-valor
$\left(\frac{1}{A_{t-1}}\right)$	131,7541	143,4718	0,92	0,359
$(\Delta ROL_t - \Delta CR_t)$	0,0151	0,0004	37,23	0,000***
IMOB <sub>t</sub>	-4,63e-11	1,06e-11	-4,37	0,000***
ACCT <sub>t-1</sub>	0,0018	0,0006	2,79	0,005***
$\alpha$	-0,0400	0,0015	-25,27	0,000***
PAINEL B – Resultados gerais				
Nº de observações = 920		F = 355,92		
R <sup>2</sup> = 0,7796		Prob > F = 9,8e-185		

**Tabela 5. Resultados de regressão – Equação 2**

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Legenda: \* Estatisticamente significativa ao nível de 90% de confiança; \*\* Estatisticamente significativa ao nível de 95% de confiança; \*\*\* Estatisticamente significativa ao nível de 99% de confiança.

Os dados apresentados na Tabela 5 reportam um modelo estatisticamente significativo cujo poder de explicação (R<sup>2</sup>) é de aproximadamente 78%, sugerindo adequação pelo modelo delineado por Dechow et al. (2012).

Avaliando os coeficientes individualmente, percebe-se que o primeiro beta não é estatisticamente significativo, diferentemente do ocorrido na pesquisa de Martinez e Leal (2019), mas similar ao ocorrido na pesquisa de Marçal e Macedo (2019). O segundo beta, por sua vez, apresenta significância estatística, diferentemente do que ocorrera em ambas as pesquisas correlatas citadas previamente.

Já o terceiro beta, coaduna com Marçal e Macedo (2019) e Sincerre et al. (2016), inclusive no sinal negativo, sugerindo que o acúmulo de ativos imobilizados está associado à

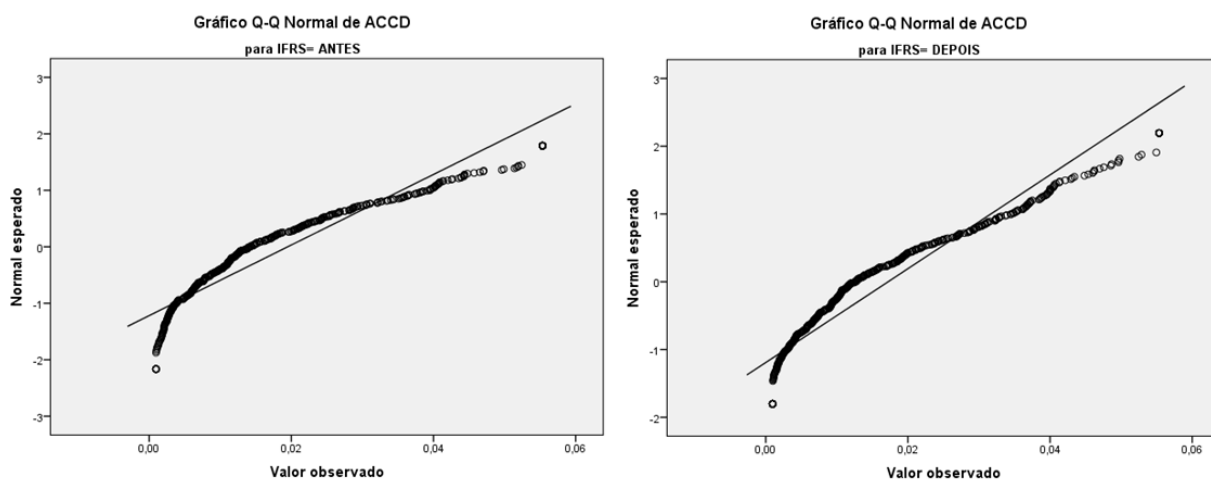


redução dos *accruals* totais em função da apropriação de despesas de depreciação (Paulo, 2007). Porém, este resultado destoa de Martinez e Leal (2019). Os distintos resultados comparativos sugerem influência derivada de variabilidade amostral entre as pesquisas.

Por fim, o último beta, adicionado por Dechow et al. (2012) no modelo de Jones Modificado com o propósito de adicionar o efeito de reversão dos *accruals* para o período presente, também apresentou fidedignidade estatística, reforçando a ideia de adequação na escolha do modelo, inicialmente.

Conforme explicitado na seção de metodologia e em busca da averiguação do primeiro objetivo específico desta pesquisa, foi realizado um teste de diferença de médias entre os ACCD obtidos na Equação 2 considerando os períodos pré-IFRS e pós-IFRS.

Em respeito aos ensinamentos de Fávero et al. (2009) e de acordo com o tamanho da amostra, o pressuposto da normalidade foi considerado a partir do teste Kolmogorov-Smirnov. O teste indicou ausência de normalidade (p-valor 0,000), sendo tal fato confirmado pela Figura 8.



**Figura 8. Gráfico da normal inversa – Diferença de médias ACCD**

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

A ausência de normalidade foi acompanhada da ausência de homogeneidade das variâncias, vide p-valor 0,028 no teste de Levene. Por tais razões, foi necessário realizar a versão não-paramétrica do teste de amostras pareadas, qual seja, o teste de Wilcoxon (Fávero et al., 2009).

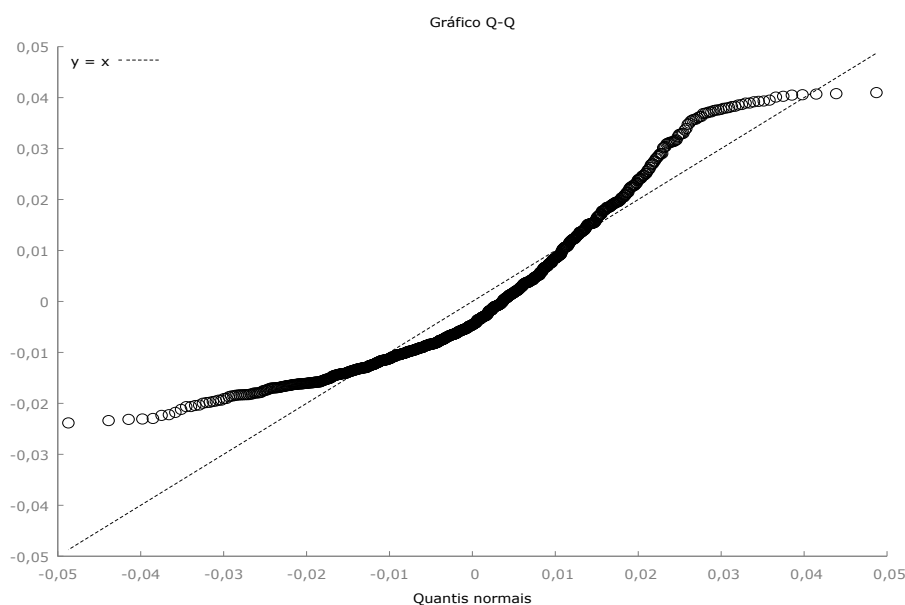
O referido teste apontou um p-valor de 0,042, rejeitando a hipótese nula de igualdade entre as médias dos ACCD pré e pós IFRS. Desse modo, a partir dos resultados obtidos, pode-

se inferir que a queda da média dos ACCD no período PRÉ (0,0195) para uma média de 0,0172 no período PÓS não decorre de variabilidade amostral.

Este resultado é explicado teoricamente por Barth et al. (2008) e Leuz et al. (2003) diante da exigência informações mais transparentes ao mercado após a adoção das IFRS. Cabe destacar que, no cenário nacional, tal fato também foi percebido empiricamente por Joia e Nakao (2014) e Pelucio-Grecco et al. (2014).

Prosseguindo nos objetivos do trabalho, foi feita a seleção da melhor abordagem para o painel de dados a ser regredido na Equação 3. O teste de Chow reportou p-valor 0,0000, enquanto o teste de Hausman e o teste do Multiplicador Langrangeano de Breusch-Pagan reportaram, respectivamente, p-valores 0,9578 e 0,0000.

Neste ensejo, a abordagem dos efeitos aleatórios se faz mais adequada, segundo Fávero et al. (2009). Dito isso, foi verificada, inicialmente, a condição de normalidade dos resíduos a partir do teste Jarque-Bera.

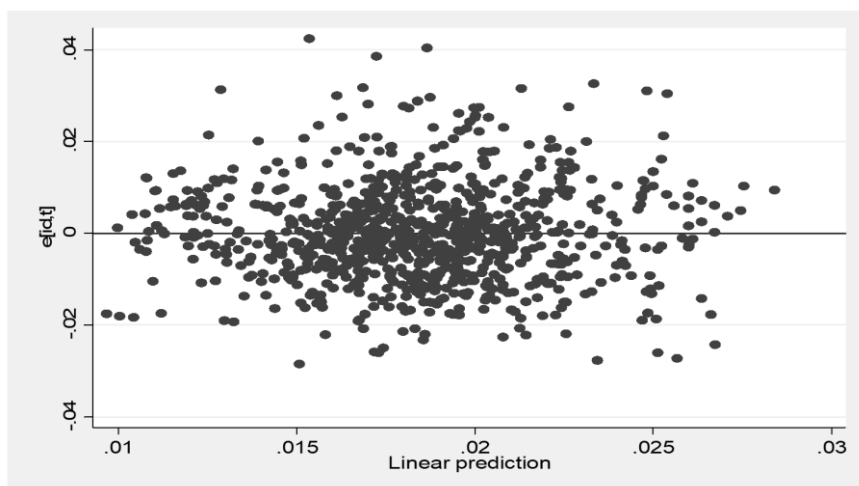


**Figura 9. Gráfico da normal inversa – Equação 3**

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Conforme explanado na Figura 9, há sugestão de rejeição de comportamento Gaussiano para os resíduos da Equação 3. Isto foi reforçado pelo resultado do teste Jarque-Bera, cuja estatística Qui-quadrado foi de 332,70 (p-valor  $5,67547e-73$ ). Entretanto, considerando o tamanho da amostra ( $n = 920$ ) e o Teorema do Limite Central, tal pressuposto foi relaxado (Wooldridge, 2014).

O segundo pressuposto avaliado foi o da não existência de heterocedasticidade. Segundo Baltagi et al. (2010), em se tratando de modelos cuja abordagem seja a dos efeitos aleatórios, o teste mais adequado para tal função é o teste da Razão de Verossimilhança. Seguindo este preceito, foi obtido um resultado de  $\cong 1,000$ , indicando que a hipótese nula fosse aceita, ou seja, os resíduos estariam apresentando condições homocedásticas.



**Figura 10. Gráfico da dispersão dos resíduos – Equação 3**  
 Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Continuando a avaliação prévia dos pressupostos básicos, foi performado o teste FIV para os dados da Equação 3. A variável com o maior valor foi IFRSxTPSC, cujo FIV foi de 6,4, enquanto a variável de menor FIV (1,18) foi END. O FIV médio foi de 3,01. Portanto, em quaisquer cenários a serem considerados, o modelo não apresentaria grau excessivo de colinearidade múltipla, conforme Gujarati e Porter (2011).

Finalmente, realizados todos os procedimentos necessários para a análise da regressão reportada pela Equação 3. As 920 observações, como dito, foram regredidas em um painel de dados de 10 exercícios (92 grupos observacionais) valendo-se da abordagem de efeitos aleatórios como parâmetro.

Os resultados estão condensados na Tabela 6, a seguir.

<b>PAINEL A – Resultados individuais</b>				
<b>ACCD</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>Erro-padrão</b>	<b>t</b>	<b>p-valor</b>
<b>END</b>	0,0030	0,0016	1,90	0,058*
<b>TAM</b>	-0,0010	0,0005	-2,03	0,042**

TPSC	-0,0004	0,0005	-0,89	0,376
TFA	0,0027	0,0013	2,01	0,044**
IFRS	-0,0009	0,0018	-0,49	0,621
IFRSxTPSC	0,0008	0,0006	1,25	0,210
IFRSxTFA	-0,0065	0,0019	-3,36	0,001***
$\alpha$	0,0313	0,0078	4,00	0,000***
<b>PAINEL B – Resultados gerais</b>				
Nº de observações = 920		Wald = 38,24		
R <sup>2</sup> = 0,0465		Prob > F = 0,0000		

**Tabela 6. Resultados de regressão – Equação 3**

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Legenda: \* Estatisticamente significativa ao nível de 90% de confiança; \*\* Estatisticamente significativa ao nível de 95% de confiança; \*\*\* Estatisticamente significativa ao nível de 99% de confiança.

O modelo apresenta significância estatística a um nível de confiança de 99%, explicando cerca de 4,6% da variação da variável dependente.

Abordando inicialmente as variáveis de controle, é possível verificar a significância estatística de END e TAM a um nível de confiança de 90% e 95%, respectivamente. Os efeitos percebidos nestas variáveis estão de acordo com os resultados de recentes pesquisas nacionais (Cunha et al., 2019; Paulo & Mota; 2019). *A priori*, as variáveis de controle são eficientes em seu propósito ao indicarem um avanço no GR a partir do nível de endividamento da empresa e um decréscimo no GR em função do tamanho da respectiva empresa.

Quanto às variáveis TPSC e TFA, que compõem o elemento QA, verifica-se que a primeira não é estatisticamente significativa (0,376), diferentemente da segunda (0,044).

A insignificância de TPSC contraria os preceitos teóricos de que o maior conhecimento agregado pelo tempo de serviços contínuos no cliente aumenta a QA (Ghosh & Moon, 2005) e também a ideia oposta, qual seja, que a QA é impactada negativamente diante da possível redução de independência dos auditores de longo prazo (Al-Thuneibat, Al Isa & Ata Baker, 2011; DeFond & Subramanyam, 1998; Carey & Simnett, 2006).

Contudo, é mister destacar que Cunha et al. (2019) também percebeu este resultado de forma indireta (a pesquisa considera a rotação das firmas de auditoria) na relação com o GR, tal qual Marçal e Alberton (2020), a partir de respostas obtidas de CEO's nesta relação. Destarte, é plausível considerar que, embora a variável apresente valor teórico e resultados

comprovados empiricamente em âmbito internacional (Apandi, 2018; Buntara & Adhariani, 2019), no cenário nacional, a variável TPSC possa não apresentar relevância no processo de mitigação do GR.

Este ensejo sugere duas potenciais conjunturas. A primeira é que os auditores independentes não estariam agregando conhecimento específico do cliente com o passar do tempo. A segunda, que estes auditores não absorvem o estreitamento de laços com o cliente, fazendo com que sua característica de independência permaneça inalterada.

Já a variável TFA, ainda que seja estatisticamente significativa, apresenta sinal oposto ao esperado por DeAngelo (1981). Diferentemente da sugestão da autora, que afirmara a provável redução do GR em empresas auditadas por *Big Four* dados os maiores recursos técnicos e financeiros destas firmas, os resultados desta pesquisa sugerem que há um aumento do GR, em geral, quando a empresa é auditada por uma das 4 grandes.

Este resultado, contudo, é corroborado por Souza Neto, Sampaio e Flores (2021). Conforme estes autores, no Brasil, mesmo para as grandes empresas, com melhores níveis de governança corporativa, os mecanismos de controle do GR (conselho de administração, órgãos reguladores e auditores independentes) parecem ser insuficientes.

Ainda de acordo com Souza Neto et al. (2019), poderia haver uma aceitação tácita de que o GR é um fenômeno natural, gerando um “Estado das coisas”. Tal cenário implicaria, especificamente sobre os auditores independentes, um efeito “bola de neve” em que o acúmulo de “aceitações” do GR pelos auditores poderia se tornar uma grande fraude contábil, prejudicando, inclusive, a reputação da própria firma de auditoria, além de, é claro, causar eventuais reflexos econômicos.

Corolário aos resultados supracitados, tem-se a rejeição da H1 deste estudo, uma vez que, dentre os dois componentes avaliados, um foi irrelevante em termos estatísticos e o outro apresentou comportamento adverso ao esperado. Em termos teóricos, estaria sendo rejeitado o efeito do elemento “atitudes” da TCP, diagnosticando uma falha nos mecanismos individuais na construção de um comportamento.

Na sequência, observando os resultados de IFRS na Tabela 6, evidencia-se uma insignificância estatística (em termos gerais) da referida variável, contrariando Ipino e Parbonetti (2017), inicialmente.

Capkun et al. (2016) e Said (2019) haviam indicado a possibilidade de ambiguidade nos efeitos da adoção das IFRS sobre o GR e, de acordo com os resultados obtidos, a gama de resultados possíveis se estenderia até mesmo a não significância da variável.

Uma possível explicação para isso seria o fato de que IFRS abarca associações com o GR em demonstrações contábeis no padrão IFRS e também no padrão antecessor. Conforme Cardoso et al. (2015), ao analisar séries históricas que contemplem diferentes padrões contábeis, haveria um risco inerente de que os resultados fossem inexatos.

Todavia, considerando o pleno balanceamento do painel de dados, o risco de viés metodológico desta pesquisa passa a ser ínfimo, fato que torna plausível a rejeição da H2. Ou seja, a adoção das IFRS, por si só, não é capaz de influenciar positivamente o GR. Naturalmente, o elemento “normas subjetivas” da TCP não estaria presente no modelo.

Ademais, considerando o resultado obtido no teste de Wilcoxon, haveria uma associação inversa, qual seja, que o GR diminui no período posterior à adoção das IFRS, muito embora tal associação não seja capaz de formalizar uma inferência diante da impossibilidade de afirmação de existência de causalidade.

Por fim, tem-se o foco do estudo, o elemento “controle comportamental percebido” da TCP. Tal elemento, representado por IFRSxTPSC e IFRSxTFA, denota, respectivamente, insignificância estatística e significância estatística com alteração de sinal após a interação.

Isto implica dizer que as IFRS não são capazes de modificar a irrelevância de TPSC, corroborando a ideia geral delineada sobre esta variável para empresas de capital aberto no Brasil. Por outro lado, a adoção das IFRS foi capaz de tornar TFA mais relevante em termos estatísticos, além de alterar seu sinal de positivo para negativo.

A alteração do sinal faz com que TFA exerça, nesse momento, a supracitada premissa de DeAngelo (1981). Ou seja, a partir da adoção das normas internacionais, empresas auditadas por firmas *Big Four* estariam menos propensas a gerenciar resultados. Por possuírem mais recursos financeiros e, conseqüentemente, mais recursos técnicos, as maiores firmas de auditoria poderiam exercer melhores julgamentos (inerentes às IFRS) no processo de mitigação do GR.

Não obstante, com a exigência de mais transparência ao mercado nas escolhas contábeis pelas IFRS (Barth et al., 2008), práticas de GR seriam mais facilmente identificáveis e, a considerar o risco de exposição da reputação da firma de auditoria em casos

graves (limiaries entre GR e fraudes) ressaltado por Souza Neto et al. (2019), as *Big Four* poderiam ser mais incisivas em seus trabalhos voltados para a inibição de GR, já que possuem menor dependência de um único cliente quando comparadas às firmas de menor porte.

Assim, fica evidenciada uma não-rejeição parcial da H3, objeto central deste estudo. Se, por um lado, rejeita-se a referida hipótese em função dos diagnósticos de TPSC (variável *output*), não é possível rejeitá-la diante dos resultados percebidos em TFA (variável *input*). Dessa forma, a QA se configuraria como um elemento mais relevante na prevenção, identificação e controle das práticas de GR, tal qual haviam sugerido Arcúrio Júnior e Gonçalves (2020).

Cabe ressaltar que Cunha e Barros (2022) dissertam sobre a dificuldade de captura dos efeitos das IFRS em adoções obrigatórias no Brasil sobre a qualidade da informação contábil. Conforme os autores, seria natural a captura parcial dos efeitos, corroborando os achados desta pesquisa.

Por conseguinte, dada a relação (ainda que parcial) do efeito moderador das IFRS na relação entre a QA e as práticas de GR, o “controle comportamental percebido” estaria presente no modelo proposto, coadunando com a TCP.

É importante destacar que, segundo Lee, Cerreto e Lee (2010) a situação ideal para a conjuntura de um comportamento ocorre quando um determinado indivíduo possui percepções intrínsecas sobre uma ação (atitudes), sendo estimulado por referências externas (normas subjetivas) e sentindo-se capaz de adotar o comportamento de forma eficaz (controle comportamental percebido).

Porém, Ajzen (2015) expõe que a presença dos três fatores de forma concomitante em uma mesma intenção comportamental é muito difícil ou mesmo impossível. Portanto, a ausência dos elementos “atitudes” e “normas subjetivas” não implica em uma invalidação teórica e, muito menos, do elemento “controle comportamental percebido” em si.

#### 4.3 Análise de sensibilidade

Seguindo o disposto na seção de metodologia, a Equação 3 veio a ser regredida utilizando os mesmos parâmetros, porém, sem a winsorização das variáveis contínuas ACCD, END e TAM.

Tal qual ocorrido no processo estatístico inicial, a nova regressão também apresentou diagnósticos de ausência de normalidade ( $p$ -valor  $\cong 0,0000$ ) e de homoscedasticidade ( $p$ -valor 0,0036). Isso já era esperado, uma vez que os *outliers* deveriam potencializar as assimetrias. As adequações feitas para os referidos entraves foram as mesmas tomadas inicialmente, quando o conjunto de dados estava winsorizado. Não foram identificadas alterações no efeito de multicolinearidade.

PAINEL A – Resultados individuais				
ACCD	Coefficiente	Erro-padrão	t	p-valor
END	0,0022	0,0010	2,10	0,035**
TAM	-0,0010	0,0006	-3,96	0,000***
TPSC	-0,0010	0,0006	-1,596	0,110
TFA	0,0011	0,0013	0,840	0,400
IFRS	-0,0029	0,0020	-1,478	0,139
IFRSxTPSC	0,0015	0,0007	2,007	0,044**
IFRSxTFA	-0,0066	0,0015	-4,250	0,000***
$\alpha$	0,0328	0,0038	8,450	0,000***

PAINEL B – Resultados gerais	
Nº de observações = 920	Wald = 12,0567
R <sup>2</sup> = 0,0475	Prob > F = 0,0000

**Tabela 7. Resultados de regressão – Equação 3 sem dados winsorizados**

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2022).

Legenda: \* Estatisticamente significativa ao nível de 90% de confiança; \*\* Estatisticamente significativa ao nível de 95% de confiança; \*\*\* Estatisticamente significativa ao nível de 99% de confiança.

O modelo continua a ser estatisticamente significativo a um nível de confiança de 99%, havendo uma variação positiva no poder explicativo de aproximadamente 0,10 unidades. A constante sofreu pouca influência (acréscimo de 0,015 unidades), sugerindo não haver risco de endogeneidade decorrente de erro de especificação.

As variáveis de controle mantiveram seus sinais, porém, enquanto TAM manteve sua magnitude intacta, END que era estatisticamente significativa a um nível de 90% de confiança, passou a ser estatisticamente significativa a um nível de 95% de confiança.

TPSC não era significativa e manteve tal *status*, ao passo que TFA, outrora estatisticamente significativa a um nível de 95% de confiança, perde essa influência em termos estatísticos. Nesse cenário, há sugestão de ineficácia de ambas as *proxies* de QA quando



consideradas de forma isolada na série histórica agregada. Há reforço da rejeição de H1 com este resultado complementar.

IFRS segue a mesma tendência, mantendo-se insignificante em termos estatísticos em ambos os casos, fato que, por consequência, também corrobora a rejeição da H2, denotando ineficácia da adoção das IFRS sobre o GR quando avaliada de forma isolada.

E, quanto às variáveis de interação, tem-se que ambas são estatisticamente significativas, uma a 95% de confiança (IFRSxTPSC) e outra a 99% de confiança (IFRSxTFA).

A primeira variável em questão apresenta sinal positivo, sugerindo que, quanto maior o tempo contínuo uma firma de auditoria em um determinado cliente, maior a incidência de GR (no caso, um acréscimo de 0,0015 unidades de ACCD para cada unidade adicional desta variável). Este resultado está em linha com o entendimento de redução da independência do auditor perante o estreitamento de laços com o cliente (Al-Thuneibat et al., 2011; DeFond & Subramanyam, 1998; Carey & Simnett, 2006), sendo tal fenômeno explicado por Nelson (2006) como a pressão sofrida pelos auditores para não prejudicar clientes de longa data.

A segunda variável de interação apresenta sinal negativo (tal qual esperado e percebido na regressão com dados winsorizados). O coeficiente segue praticamente inalterado, sugerindo ausência de efeitos de valores extremos na primeira modelagem.

Os resultados das variáveis de interação permitem a não-rejeição da H3 (integralmente). Porém, entende-se que tal inferência seria deveras arriscada, sendo cabível a explicação dos presentes dados apenas como forma de referência para reflexões futuras.

## 5 CONCLUSÕES

A soma da competência técnica para identificar eventuais distorções contábeis com a independência reporta-las ao mercado caracteriza a qualidade da auditoria. Que é, por conseguinte, inversamente proporcional às falhas de auditoria.

Sendo os auditores independentes responsáveis por monitorar e apontar eventuais inconformidades nas demonstrações contábeis das organizações, estes auditores têm como função, por exemplo, mitigar resultados gerenciados, que contendo caráter doloso ou não, são capazes de influenciar a tomada de decisões dos usuários reportando-lhes valores que podem ser irreais.

A adoção das IFRS, então, conjecturou um novo elemento na referida relação, tendo em vista que o poder decisório dos gestores em determinadas escolhas contábeis aumentou com a mudança de parâmetros baseados em regras para parâmetros baseados em princípios. Os auditores independentes, então, passaram a conviver com um fator adicional de incerteza na emissão de suas opiniões sobre determinados fatos, já que mensurações a valor justo são apenas estimadas.

Diante deste aparato, esta pesquisa buscou compreender como se dão os efeitos da adoção das IFRS na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados nas empresas de capital aberto do Brasil. A TCP foi utilizada como teoria balizadora para a busca dessa resposta.

A H1 da pesquisa, que apontava uma associação negativa da QA com o GR foi rejeitada, suprimindo a ideia do elemento “atitudes” no modelo elencado. Possíveis explicações para esta refuta seriam a irrelevância do tempo agregado de prestação de serviços de auditoria em um determinado cliente no Brasil e o aceite velado das firmas de auditoria de que o GR é apenas um fenômeno natural e não uma fraude em potencial.

As “normas subjetivas” da TCP, representadas na H2 (que afirmava a existência de influência positiva das IFRS no volume de GR), também viriam a ser consideradas como ausentes na intenção comportamental descrita na pesquisa. A rejeição da hipótese inviabiliza a ideia de que a mudança de padrão contábil, por si só, tenha sido capaz de alterar significativamente a prática de GR via *accruals* discricionários.

Por fim, foi avaliado o foco deste estudo, o elemento “controle comportamental percebido”, que foi o elemento adicional e, portanto, de diferenciação entre a TAR e a TCP. Este elemento foi representado pela H3, que viria a ser parcialmente não rejeitada. De fato,

uma parcela da QA (referente ao TFA) teve seu efeito moderado pelas IFRS na relação com o GR. A outra parcela representante de QA (TPSC) manteve-se invariável na referida relação, por outro lado.

Com isso, foram compreendidos os efeitos da adoção das IFRS na relação entre a QA e o GR nas empresas de capital aberto do Brasil, ensejando no cumprimento do objetivo geral proposto.

Em mesmo sentido, foi possível confirmar a tese proposta, qual seja, que a adoção das IFRS trouxe consigo um efeito moderador na relação entre a qualidade da auditoria e o gerenciamento de resultados nas empresas de capital aberto do Brasil.

Em se tratando dos objetivos específicos da pesquisa, foi possível identificar que: a) o volume de *accruals* discricionários decresceu após a adoção das IFRS para as empresas de capital aberto no Brasil, sugerindo menor tendência de GR no período pós adoção; b) as duas *proxies* de QA analisadas pela pesquisa (TPSC e TFA) não possuem efeitos sobre o GR quando consideradas de forma isolada e; c) enquanto TPSC é estável na função de mitigação do GR considerando os períodos pré-IFRS e pós-IFRS, TFA é alterada em magnitude e em direção (sinal).

Em suma, poder-se-ia apontar, de acordo com os resultados da pesquisa que: a) a adoção das IFRS assumiu papel moderador na relação QA x GR em se tratando de uma *proxy input* (TFA), alterando o sinal e a magnitude do coeficiente, mas não o fez com a *proxy output* (TPSC); b) embora o período pré-IFRS tenha apresentado média estatisticamente maior que o período pós-IFRS no volume de *accruals* discricionários, as IFRS, de forma isolada, não foram capazes de inflar ou mitigar esta variável; c) a variável TPSC, aparentemente, não é relevante no processo de mitigação do GR para empresas de capital aberto no Brasil, ao passo que a variável TFA tem potencial de influência nesse aspecto.

Dentre as contribuições do estudo, tem-se: a) na vertente teórica – o reporte de novos resultados na relação QA x GR, adentrando especificamente a vertente das IFRS, algo inexistente até o presente momento na literatura, sendo estes resultados passíveis de futuras comparações para pesquisas correlatas; b) na vertente prática – o apontamento da relevância da qualidade da auditoria em relação à adoção das IFRS para os investidores, conquanto os achados da pesquisa manifestem maior pertinência deste elemento após a mudança de padrão contábil; e c) na vertente social – a sinalização de medidas para a redução das distorções

contábeis, trazendo à tona resultados mais fidedignos e, conseqüentemente, alavancando o nível de desenvolvimento do mercado de capitais do país.

Dentre as limitações do estudo, é possível destacar a não utilização de outras *proxies* de QA, que poderiam vir a reportar efeitos distintos se comparadas às *proxies* escolhidas; o risco de resultados impactados por características culturais do mercado de capitais do Brasil; e o uso de uma amostra não-probabilística. Por tais razões, não há que se falar em generalização de resultados para as empresas do mercado de capitais do Brasil e, tampouco, para entidades de outros países.

Conseqüentemente, sugere-se que novas pesquisas incluam e/ou substituam as *proxies* de QA (mantendo variáveis *input* e *output*) para a averiguação de possíveis resultados divergentes dos aqui apresentados. Comparações de efeitos entre mercados similares também são exequíveis. Ainda, entende-se como plausível a ideia de estudos críticos sobre a influência das IFRS na relação QA x GR sob a perspectiva de auditores, gestores e principais usuários das informações contábeis.

## REFERÊNCIAS

- Abad, D., Sánchez-Ballesta, J. P., & Yagüe, J. (2017). Audit opinions and information asymmetry in the stock market. *Accounting & Finance*, 57(2), 565-595.
- Abid, A., Shaique, M., & Anwar ul Haq, M. (2018). Do big four auditors always provide higher audit quality? Evidence from Pakistan. *International Journal of Financial Studies*, 6(2), 58.
- Ahmed, K., Chalmers, K., & Khlif, H. (2013). A meta-analysis of IFRS adoption effects. *The International Journal of Accounting*, 48(2), 173-217.
- Ahmi, A., & Kent, S. (2013). The utilisation of generalized audit software (GAS) by external auditors. *Managerial Auditing Journal*, 28(2), 88-113.
- Ajzen, I. (1985). *From intentions to actions: A theory of planned behavior*. In Action control (pp. 11-39). Heidelberg: Springer.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, 50(2), 179-211.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1969). The prediction of behavioral intentions in a choice situation. *Journal of experimental social psychology*, 5(4), 400-416.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1970). The prediction of behavior from attitudinal and normative variables. *Journal of experimental social Psychology*, 6(4), 466-487.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1972). Attitudes and normative beliefs as factors influencing behavioral intentions. *Journal of personality and social psychology*, 21(1), 1-9.
- Al-Thuneibat, A. A., Al Isa, R. T. I., & Ata Baker, R. A. (2011). Do audit tenure and firm size contribute to audit quality? *Managerial Auditing Journal*, 26(4), 317-334.
- Ali, S. I., Flayyih, H. H., & Talab, H. R. (2018). Effect of Ethical Culture on the Opinion of an Auditor: An Analytical study of Iraq Environment. *Journal of Economic & Management Perspectives*, 12(2), 432-447.
- Alzoubi, E. S. S. (2018). Audit quality, debt financing, and earnings management: Evidence from Jordan. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 30, 69-84.
- Antunes, M. T. P., Grecco, M. C. P., Formigoni, H., & Mendonça Neto, O. R. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 10(20), 5-19.
- Aobdia, D. (2019). Do practitioner assessments agree with academic proxies for audit quality? Evidence from PCAOB and internal inspections. *Journal of Accounting and Economics*, 67(1), 144-174.
- Apandi, R. N. N. (2018). Audit Tenure and Investor's Perception on Audit Quality Before and After Implementation of The SA 240. *Research Journal of Finance and Accounting*, 9(2), 128-138.
- Arcúrio Júnior, T., & Gonçalves, R. S. (2020). Qualidade da auditoria e assimetria informacional: uma análise no período pré e pós-adoção às normas internacionais de contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(42), 38-56.

- Arioglu, E. (2020). The affiliations and characteristics of female directors and earnings management: evidence from Turkey. *Managerial Auditing Journal*, 35(7), 927-953.
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and business research*, 36(sup1), 5-27.
- Ball, R., Li, X., & Shivakumar, L. (2015). Contractibility and transparency of financial statement information prepared under IFRS: Evidence from debt contracts around IFRS adoption. *Journal of Accounting Research*, 53(5), 915-963.
- Baltagi, B. H., Jung, B. C., & Song, S. H. (2010). Testing for heteroskedasticity and serial correlation in a random effects panel data model. *Journal of Econometrics*, 154(2), 122-124.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), 191-215.
- Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American Psychologist*, 37(2), 122-147.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.
- Benston, G. J., Bromwich, M., & Wagenhofer, A. (2006). Principles-versus rules-based accounting standards: the FASB's standard setting strategy. *Abacus*, 42(2), 165-188.
- Beuselinck, C., Cascino, S., Deloof, M., & Vanstraelen, A. (2019). Earnings management within multinational corporations. *The Accounting Review*, 94(4), 45-76.
- Braga, R. N. (2017). Efeitos da adoção das IFRS sobre o tax avoidance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(75), 407-424.
- Brazel, J. F. (2005). A measure of perceived auditor ERP systems expertise: Development, assessment, and uses. *Managerial Auditing Journal*, 20(6), 619-631.
- Breesch, D., & Branson, J. (2009). The effects of auditor gender on audit quality. *IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices*, 8(3/4), 78-107.
- Bobek, D. D., & Hatfield, R. C. (2003). An investigation of the theory of planned behavior and the role of moral obligation in tax compliance. *Behavioral Research in Accounting*, 15(1), 13-38.
- Bohner, G., & Dickel, N. (2011). Attitudes and Attitude Change. *Annual Review of Psychology*, 62, 391-417.
- Boina, T. M., & Macedo, M. A. S. (2018). Capacidade preditiva de accruals antes e após as IFRS no mercado acionário brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(78), 375-389.
- Buchholz, F., Lopatta, K., & Maas, K. (2019). The deliberate engagement of narcissistic CEOs in earnings management. *Journal of Business Ethics*, 167, 663-686.
- Buntara, A. A., & Adhariani, D. (2019). Audit Tenure and Audit Quality: the Renewal Sense of Comfort? *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 13(4), 46-62.

- Burrell, G. & Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. Heinemann, London, UK.
- Burnett, B. M., Cripe, B. M., Martin, G. W., & McAllister, B. P. (2012). Audit quality and the trade-off between accretive stock repurchases and accrual-based earnings management. *The Accounting Review*, 87(6), 1861-1884.
- Capkun, V., Collins, D., & Jeanjean, T. (2016). The effect of IAS/IFRS adoption on earnings management (smoothing): A closer look at competing explanations. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(4), 352-394.
- Cappellesso, G., Rodrigues, J. M., & Gonçalves, R. S. (2019). Impacto da Conformidade Financeira e Fiscal sobre o Gerenciamento de Resultados. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 1(1), 024-046.
- Cardoso, R. L., Souza, F. S. R. N., & Dantas, M. M. (2015). Impactos da Adoção do IFRS na Acumulação Discricionária e na Pesquisa em Gerenciamento de Resultados no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 11(2), 65-84.
- Carey, P., & Simnett, R. (2006). Audit partner tenure and audit quality. *The Accounting Review*, 81(3), 653-676.
- Castro, F. H., & Santana, V. (2018). Informativeness of stock prices after IFRS adoption in Brazil. *Journal of Multinational Financial Management*, 47, 46-59.
- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Mo, P. L. (2010). Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 58-73.
- Chen, Q., Kelly, K., & Salterio, S. E. (2012). Do changes in audit actions and attitudes consistent with increased auditor scepticism deter aggressive earnings management? An experimental investigation. *Accounting, Organizations and Society*, 37(2), 95-115.
- Chi, W., Lisic, L. L., & Pevzner, M. (2011). Is enhanced audit quality associated with greater real earnings management? *Accounting Horizons*, 25(2), 315-335.
- Cook, S. W., & Selltitz, C. (1964). A multiple-indicator approach to attitude measurement. *Psychological bulletin*, 62(1), 36.
- Conselho Federal de Contabilidade. NBC TA 200 (R1) – *Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria*. Recuperado de [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1))
- Conselho Federal de Contabilidade. NBC TA 240 (R1) – *Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis*. Recuperado de [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA240\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA240(R1))
- Consoni, S., Colauto, R. D., & Lima, G. A. S. F. (2017). A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 249-263.
- Cunha, C. M. P., & Barros, P. P. F. B. (2022). O efeito sobre o BTB da adoção das IFRS e do fim do regime tributário de transição (RTT) no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33, 96-111.

- Cunha, P. R., Leite, M., & Moras, V. R. (2019). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. *Contabilidade y Negocios: Revista del Departamento Académico de Ciencias Administrativas*, 14(28), 70-87.
- Dalton, D. W., Buchheit, S., & McMillan, J. J. (2013). Audit and tax career paths in public accounting: An analysis of student and professional perceptions. *Accounting Horizons*, 28(2), 213-231.
- Damascena, L. G., Duarte, F. C. D. L., & Paulo, E. (2017). Meta-análise dos Efeitos da Adoção das IFRS na Qualidade da Informação Contábil no Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 22(1), 28-48.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.
- Dechow, P. M., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401.
- Dechow, P. M., Hutton, A. P., Kim, J. H., & Sloan, R. G. (2012). Detecting earnings management: A new approach. *Journal of accounting research*, 50(2), 275-334.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting Review*, 193-225.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1996). Causes and consequences of earnings manipulation: An analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. *Contemporary Accounting Research*, 13(1), 1-36.
- DeFond, M., Erkens, D. H., & Zhang, J. (2017). Do client characteristics really drive the Big N audit quality effect? New evidence from propensity score matching. *Management Science*, 63(11), 3628-3649.
- DeFond, M., & Subramanyam, K. R. (1998). Auditor changes and discretionary accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 25(1), 35-67.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2-3), 275-326.
- Dichev, I., Graham, J., Harvey, C. R., & Rajgopal, S. (2016). The misrepresentation of earnings. *Financial Analysts Journal*, 72(1), 22-35.
- Dockery, T. M., & Bedeian, A. G. (1989). "Attitudes versus actions": Lapiere's (1934) classic study revisited. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 17(1), 9-16.
- Dowling, C. (2009). Appropriate audit support system use: The influence of auditor, audit team, and firm factors. *The Accounting Review*, 84(3), 771-810.
- Duarte, A. M. P., Amaral, I. S., & Azevedo, G. M. C. Processo de Convergência e Adoção das IFRS: Estudo de Caso do Brasil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(2), 40-62.
- Duarte, E. R., Galdi, F. C., & Damasceno, F. S. (2020). Gerenciamento de resultado contábil e ruptura dos covenants. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 14(3), 291-305.



- Duarte, F. C. L., Girão, L. F. A. P., & Paulo, E. (2017). Avaliando Modelos Lineares de Value Relevance: Eles Captam o que Deveriam Captar?. *Revista de Administração Contemporânea*, 21, 110-134.
- Dulany Jr, D. E. (1961). Hypotheses and habits in verbal" operant conditioning.'. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63(2), 251-263.
- Dyreng, S. D., Hillegeist, S. A., & Penalva, F. (2020). Earnings management to avoid debt covenant violations and future performance. *European Accounting Review*, 1-33.
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Figlioli, B., Lemes, S., & Lima, F. G. (2017). IFRS, sincronicidade e crise financeira: a dinâmica da informação contábil para o mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(75), 326-343.
- Fishbein, M. (1967). *Readings in attitude theory and measurement*. New York: Wiley.
- Fishbein, M., & Ajzen T. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research*. New York: Addison-Wesley
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (2011). *Predicting and changing behavior: The reasoned action approach*. Taylor & Francis.
- Francis, J. R. (2004). What do we know about audit quality? *The British Accounting Review*, 36(4), 345-368.
- Gadelha, S. R. B. (2011). Análise dos impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a despesa de pessoal e a receita tributária nos municípios brasileiros: um estudo com modelo probit aplicado a dados em painel. *Brazilian journal of business economics*, 11(1), 65-77.
- Ghosh, A., & Moon, D. (2005). Auditor tenure and perceptions of audit quality. *The Accounting Review*, 80(2), 585-612.
- Godin, G., & Kok, G. (1996). The theory of planned behavior: a review of its applications to health-related behaviors. *American journal of health promotion*, 11(2), 87-98.
- Goncharov, I., & Zimmermann, J. (2007). Do accounting standards influence the level of earnings management? Evidence from Germany. *Die Unternehmung: Swiss Journal of Business Research and Practice*, 61(1), 371-388.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Basic econometrics*. Boston, Mass: McGraw-Hill.
- He, X., Pittman, J. A., Rui, O. M., & Wu, D. (2017). Do social ties between external auditors and audit committee members affect audit quality? *The Accounting Review*, 92(5), 61-87.
- Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 7(1-3), 85-107.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1992). *Accounting Theory*, Homewood, IL: Irwin.
- Hennessy, M. (2012). *Advancing reasoned action theory*. Pennsylvania: Sage.
- Hribar, P., & Collins, D. W. (2002). Errors in estimating accruals: Implications for empirical research. *Journal of Accounting research*, 40(1), 105-134.

- Hurt, R. K., Brown-Liburd, H., Earley, C. E., & Krishnamoorthy, G. (2013). Research on auditor professional skepticism: Literature synthesis and opportunities for future research. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32(sp1), 45-97.
- International Accounting Standards Board (IASB). (2010). *The Conceptual Framework for Financial Reporting*. Recuperado de <http://eifrs.ifrs.org>.
- Ipino, E., & Parbonetti, A. (2017). Mandatory IFRS adoption: the trade-off between accrual-based and real earnings management. *Accounting and Business Research*, 47(1), 91-121.
- Iudícibus, S., & Martins, E. (2007). Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 18, 9-18.
- Jackson, A. B. (2018). Discretionary accruals: earnings management... or not? *Abacus*, 54(2), 136-153.
- Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of accounting and public policy*, 27(6), 480-494.
- Jeppesen, K. K. (2019). The role of auditing in the fight against corruption. *The British Accounting Review*, 51(5), 100798.
- Jiang, J., Wang, I. Y., & Wang, K. P. (2019). Big N auditors and audit quality: New evidence from quasi-experiments. *The Accounting Review*, 94(1), 205-227.
- Joia, R. M., & Nakao, S. H. (2014). Adopção de IFRS y gerenciamiento de resultado en las empresas brasileñas de capital abierto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(1), 22-38.
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193-228.
- Joshi, M., Yapa, P. W. S., & Kraal, D. (2016). IFRS adoption in ASEAN countries: perceptions of professional accountants from Singapore, Malaysia and Indonesia. *International Journal of Managerial Finance*, 12(2), 211-240.
- Junaidi, J., Apriyanto, H. P., Nurdiono, N., & Suwardi, E. (2014). The effect of audit firm tenure in artificial rotation on audit quality. *Journal of Economics, Business & Accountancy Ventura*, 17(3), 439-448.
- Kajimoto, C. G. K., & Nakao, S. H. (2018). Persistência do lucro tributável com a adoção das IFRS no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(1), 130-149.
- Khani, M. K., & Noroozian, M. (2018). Analyzing the Effective Factors on Internal Audit Quality of Health Insurance Organization of Iran. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, 8(1), 19-25.
- Kim, J., Kim, Y., & Zhou, J. (2017). Languages and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 63(2-3), 288-306.
- King, R. R. (2002). An experimental investigation of self-serving biases in an auditing trust game: The effect of group affiliation. *The Accounting Review*, 77(2), 265-284.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 105-231.

- Kumarasiri, J., & Fisher, R. (2011). Auditors' Perceptions of Fair-Value Accounting: Developing Country Evidence. *International Journal of Auditing*, 15(1), 66-87.
- Kvaal, E., & Nobes, C. (2010). International differences in IFRS policy choice: a research note. *Taylor & Francis*, 40 (2), 173-187.
- LaPiere, R. T. (1934). Attitudes vs. actions. *Social forces*, 13(2), 230-237.
- Lee, H. S., Nagy, A. L., & Zimmerman, A. B. (2019). Audit partner assignments and audit quality in the United States. *The Accounting Review*, 94(2), 297-323.
- Lee, J., Cerreto, F. A., & Lee, J. (2010). Theory of planned behavior and teachers' decisions regarding use of educational technology. *Journal of Educational Technology & Society*, 13(1), 152-164.
- Lennox, C. (2005). Audit quality and executive officers' affiliations with CPA firms. *Journal of Accounting and Economics*, 39(2), 201-231.
- Lennox, C., Wu, X., & Zhang, T. (2016). The effect of audit adjustments on earnings quality: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, 61(2-3), 545-562.
- Lennox, C., Wang, Z. T., & Wu, X. (2018). Earnings management, audit adjustments, and the financing of corporate acquisitions: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, 65(1), 21-40.
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69(3), 505-527.
- Lo, K., Ramos, F., & Rogo, R. (2017). Earnings management and annual report readability. *Journal of Accounting and Economics*, 63(1), 1-25.
- Lourenço, I. M. E. C., & Branco, M. E. M. A. D. C. (2015). Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 126-139.
- Madden, T. J., Ellen, P. S., & Ajzen, I. (1992). A comparison of the theory of planned behavior and the theory of reasoned action. *Personality and social psychology Bulletin*, 18(1), 3-9.
- Marçal, R. R., & Alberton, L. Percepções dos CEO's da [B] <sup>3</sup> sobre a Qualidade de Auditoria: Uma aplicação da Escala SERVQUAL. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(1), 1-22.
- Marçal, R. R., Carvalho, T. F. M., Bufoni, A. L., & Cruz, C. F. (2018). Fatores Determinantes na Escolha da Carreira Acadêmica em Contabilidade: uma Visão de Mestrandos em Ciências Contábeis sob a Luz da Teoria do Comportamento Planejado. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 6(3), 4-20.
- Marçal, R. R., & Macedo, M. A. S. Análise da persistência do lucro diante dos accruals discricionários: um estudo com base no impacto da adoção das IFRS. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(2), 129-159.
- Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 7-17.

- Martinez, A. L., & Leal, L. V. (2019). Conformidade contábil-fiscal e gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(1), 9-30.
- Martins, V. G., Paulo, E., & Monte, P. A. (2016). O gerenciamento de resultados contábeis exerce influência na acurácia da previsão de analistas no Brasil? *Revista Universo Contábil*, 12(3), 73-90.
- Martucheli, C. T., & Pereira Filho, A. D. (2021). Os princípios subjacentes às IFRS e as bases de mensuração dos elementos integrantes das demonstrações financeiras. *Revista ambiente contábil*, 13(1), 21-38.
- Miller, T. (1992). Do we need to consider the individual auditor when discussing auditor independence? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 5(2), 74-84.
- Mongrut, S., & Winkelried, D. (2019). Unintended effects of IFRS adoption on earnings management: The case of Latin America. *Emerging Markets Review*, 38, 377-388.
- Montoya, J. C. C. (2018). The impact of IFRS on financial report quality in Latin America and the Caribbean. *Contaduría y Administración*, 63(2), 13-14.
- Murcia, F. D. R., Borba, J. A., & Schiehl, E. (2008). Relevância dos red flags na avaliação do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros. *Revista Universo Contábil*, 4(1), 25-45.
- Nardi, P. C. C., Duarte, C., & Silva, R. L. M. (2020). Análise da relação entre a perspectiva de serviços de não auditoria e a qualidade da auditoria externa em empresas brasileiras de capital aberto. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(1), 29-57.
- Nelson, M. W. (2006). Ameliorating conflicts of interest in auditing: Effects of recent reforms on auditors and their clients. *Academy of Management Review*, 31(1), 30-42.
- Nijman, T., & Verbeek, M. (1992). Nonresponse in panel data: The impact on estimates of a life cycle consumption function. *Journal of Applied Econometrics*, 7(3), 243-257.
- Nolder, C. J., & Kadous, K. (2018). Grounding the professional skepticism construct in mindset and attitude theory: A way forward. *Accounting, Organizations and Society*, 67, 1-14.
- Ohlson, J. A., & Kim, S. (2015). Linear valuation without OLS: the Theil-Sen estimation approach. *Review of Accounting Studies*, 20(1), 395-435.
- Orazalin, N., & Akhmetzhanov, R. (2019). Earnings management, audit quality, and cost of debt: evidence from a Central Asian economy. *Managerial Auditing Journal*, 34(6), 696-721.
- Otley, D. T., & Pierce, B. J. (1996). Auditor time budget pressure: consequences and antecedents. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(1), 31-58.
- Pan, L., & Mishra, V. (2018). Stock market development and economic growth: Empirical evidence from China. *Economic Modelling*, 68, 661-673.
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).

- Paulo, I. I. S. L. M., Cavalcante, P. R. N., & Paulo, E. (2013). Relação entre qualidade da auditoria e conservadorismo contábil nas empresas brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 7(3), 306-328.
- Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(80), 216-233.
- Pavlou, P. A., & Fygenson, M. (2006). Understanding and predicting electronic commerce adoption: An extension of the theory of planned behavior. *MIS quarterly*, 30(1), 115-143.
- Pelucio-Grecco, M. C., Geron, C. M. S., Grecco, G. B., & Lima, J. P. C. (2014). The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. *Emerging Markets Review*, 21, 42-66.
- Pratama, B. C., Ahmad, Z. A., & Innayah, M. N. (2019). Obedience Pressure, Professional Ethics, Attitude of Skepticism and Independency Towards Audit Judgment. *Journal of Accounting Science*, 2(2), 141-149.
- Roslender, R. (1992). *Sociological Perspectives on Modern Accountancy*. Routledge, London, England.
- Said, K. (2019). The Impact of IFRS Adoption on Earnings Management-Results from Canada. *Journal of Economics and Business*, 2(3).
- Santana, C. V. S., Santos, L. P. G. D., Carvalho Júnior, C. V. D. O., & Martinez, A. L. (2020). Sentimento do investidor e gerenciamento de resultados no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 283-301.
- Santos, E. A., Moura, I. V., & Almeida, L. B. (2018). Intenção dos Alunos em seguir carreira na Área de Contabilidade sob a Perspectiva da teoria do Comportamento Planejado. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 12(1).
- Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91-102.
- Schuchter, A., & Levi, M. (2016). The fraud triangle revisited. *Security Journal*, 29(2), 107-121.
- Schuster, H. A., & Klann, R. C. (2019). Responsabilidade Social Corporativa e Gerenciamento de Resultados por Accruals. *Contabilidade Vista & Revista*, 30(1), 01-26.
- Silva, A., Pletsch, C. S., de Vargas, A. J., Fasolin, L. B., & Klann, R. C. (2014). Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3), 59-69.
- Silva, A. F., Weffort, E. F. J., Flores, E. S., & Silva, G. P. (2014). Earnings management and economic crises in the Brazilian capital market. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 268-283.
- Silva, A., & Klann, R. C. (2020). Efeito da complexidade empresarial no gerenciamento de resultados de empresas brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(1), 1-28.

- Silva, A., Zonatto, V. C. S., Magro, C. B. D., & Klann, R. (2019). Comportamento assimétrico dos custos e gerenciamento de resultados. *BBR - Brazilian Business Review*, 16(2), 191-206.
- Silva, J. P., Borges, T. J. G., Gonçalves, R. S., & Nascimento, V. R. (2017). Convergência ao padrão IFRS e suavização de resultados em empresas de energia elétrica. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 14(4), 281-296.
- Silva Filho, G. M., Cavalcante, P. R. N., Bomfim, E. T., & Leite Filho, P. A. M. (2018). Conformidade tributária e comportamento do contribuinte: uma análise dos fatores que explicam a observância tributária à luz da Teoria do Comportamento Planejado. *Revista de Contabilidade & Controladoria*, 10(1), 54.
- Silvestre, A. O., Costa, C. M., & Kronbauer, C. A. (2018). Rodízio de auditoria e a qualidade dos lucros: Uma análise a partir dos *accruals* discricionários. *Brazilian Business Review*, 15(5), 410-426.
- Sincerre, B. P., Sampaio, J. O., Famá, R., & Santos, J. O. D. (2016). Emissão de dívida e gerenciamento de resultados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27, 291-305.
- Sousa, E. F., Sousa, A. F., & Demonier, G. B. (2016). Adoção das IFRS no Brasil: efeitos no conservadorismo contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10(2), 136-147.
- Souza Neto, A. C. N., Sampaio, J. O., & Flores, E. (2021). Alterações de CEOs eo gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. *Brazilian Review of Finance*, 19(1), 97-124.
- St John, F. A., Edwards-Jones, G., & Jones, J. P. (2010). Conservation and human behaviour: lessons from social psychology. *Wildlife Research*, 37(8), 658-667.
- Sulaiman, N. A., Shahimi, S., & Singh, R. K. N. (2019). People and Audit Process Attributes of Audit Quality: Evidence from Malaysia. *Management & Accounting Review (MAR)*, 18(2), 47-80.
- Sundvik, D. (2019). The impact of principles-based vs rules-based accounting standards on reporting quality and earnings management. *Journal of Applied Accounting Research*, 20(1), 78-93.
- Suseno, N. S. (2013). An empirical analysis of auditor independence and audit fees on audit quality. *International Journal of Management and Business Studies*, 3(3), 82-87.
- Sussman, R., & Gifford, R. (2019). Causality in the theory of planned behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 45(6), 920-933.
- Takamatsu, R. T., & Fávero, L. P. L. (2013). Accruals, persistence of profits and stock returns in Brazilian public companies. *Modern Economy*, 4(2), 109-118.
- Tsunogaya, N., Hellmann, A., & Scagnelli, S. D. (2015). Adoption of IFRS in Japan: challenges and consequences. *Pacific Accounting Review*, 27(1), 3-27.
- Van Tendeloo, B., & Vanstraelen, A. (2005). Earnings management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review*, 14(1), 155-180.

- Wooldridge, J. M. (2014). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo, SP: Cengage Learning.
- Zago Junior, S. C., Barbosa, A., & Pavão, J. A. (2020). Ser ou não ser um estudante do curso de Ciências Contábeis, eis a questão: um estudo à luz da Teoria do Comportamento Planejado. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 11(2).
- Zandi, G., Sadiq, M., & Mohamad, S. (2019). Big-four auditors and financial reporting quality: evidence from Pakistan. *Humanities & Social Sciences Reviews*, 7(2), 369-375.
- Zang, A. Y. (2012). Evidence on the trade-off between real manipulation and accrual manipulation. *The Accounting Review*, 87(2), 675-703.
- Zhang, Y., Uchida, K., & Bu, H. (2013). How do accounting standards and insiders' incentives affect earnings management? Evidence from China. *Emerging Markets Review*, 16, 78-99.
- Zortea, C. T., Galdi, F. C., Monte-Mor, D. S., & Beiruth, A. X. (2017). Eficiência do mercado de capitais após a adoção da IFRS no Brasil: aplicando o teste de Mishkin. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(32), 141-156.